



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

CAROLINA DE CARVALHO MARQUES

**PONTOS DE CULTURA DA BAHIA
UMA ANÁLISE TEMÁTICA SOB A LUZ DA DIVERSIDADE
CULTURAL**

Salvador
2009

CAROLINA DE CARVALHO MARQUES

**PONTOS DE CULTURA DA BAHIA
UMA ANÁLISE TEMÁTICA SOB A LUZ DA DIVERSIDADE
CULTURAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim

Salvador
2009

A minha mãe.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que fizeram parte deste processo que não começou com o TCC, mas com o ingresso no curso de Produção Cultural. É impossível não lembrar de Lana e Isis dizendo que eu caí de pára-quedas (rasgado.rs) no curso de Pedagogia e a melhor coisa que eu tinha que fazer era seguir meu rumo para comunicação por que lá era a “minha cara”.

E chegando lá conheci pessoas fantásticas e amigos inesquecíveis. Se por um lado a gente deseja terminar o curso de graduação para alçar novos rumos, escrever esse agradecimento me faz sentir saudades de sentar na varandinha para conversar bobagens.

A Emilly, amiga e “irmã-caçula”, pelo carinho de sempre e pela oportunidade de passar noites em claro fazendo trabalhos de faculdade. A Jr pelo companheirismo de sempre porque a vida não é só monografia. A Sigg pela amizade e ajuda nessa reta final, fazendo com que eu não desistisse até o último minuto. A Dani por ficar enchendo minha paciência para largar o trabalho e estagiar.

A Sudecult pela oportunidade de estágio e conseqüentemente pelas amizades conquistadas. A Paulinha, Tai, Rita, Wal, Lúcia e todos aqueles que fizeram parte desse processo dentro e fora da Sudecult (porque a vida não é só trabalho....rs). A Sophis, coordenadora e amiga pelas muuuuitas horas de trabalho e risos junto com Rita dentro daquele prédio vazio debruçadas sobre os projetos do Ponto de Cultura e documentos.

A Albino por ter aceitado me orientar neste trabalho. A Paula e Adalberto por aceitarem fazer parte dessa banca.

Em especial a minha mãe pela compreensão e carinho nos momentos mais difíceis dos últimos dias, além do carinho de sempre é claro.

RESUMO

Através desta pesquisa, pretende-se discutir as políticas públicas de cultura para a diversidade cultural, utilizando como referência o edital Pontos de Cultura no Bahia, realizado através da descentralização do programa Cultura Viva. O Ponto de Cultura se apresenta como uma ação contra-hegemônica ao conceito de baianidade que foi construído no Estado e a análise temática visa apresentar a diversidade trazida pelo projetos que participaram do processo de seleção.

Palavras-chaves: Políticas Culturais; Pontos de Cultura; Cultura Viva; Diversidade Cultural e Baianidade

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Organograma Institucional do Minc	21
FIGURA 2 Diretrizes e Linhas de Ação do Mais Cultura	48
FIGURA 3 Estrutura dos Pontos de Cultura no Mais Cultura	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição das cotas por Território de Identidade	55
TABELA 2 Média de inscritos por município em cada território	57
TABELA 3 Situação dos projetos após análise documental e técnica	59
TABELA 4 Projetos inscritos por área	58

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Inscritos por território	56
GRAFICO 2 – Pontos de Cultura selecionados por Território de Identidade ...	60
GRÁFICO 3 – Área temática dos Projetos Inscritos	62
GRÁFICO 4 – Projetos selecionados por grupo de atuação	63
GRÁFICO 5 – Áreas de atuação	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Antônio Carlos Magalhães

CPC - Centros Populares de Cultura

EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filme

FUNARTE – Fundação Nacional das Artes

GATS - General Agreement on Trade and Services (Acordo Geral de Comércio)

OMC – Organização Mundial do Comércio

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

SPPC – Secretaria de Programas e Projetos Culturais

**UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA	14
1.1 - As políticas públicas do Estado Brasileiro	14
1.2 - O governo Lula e Gil	17
1.3 - Política Cultural da Secult/BA	22
2. POLÍTICAS CULTURAIS PARA A DIVERSIDADE	26
2.1 - Diversidade Cultural	28
2.2 - A UNESCO e a Convenção sobre a Diversidade	30
2.3 - O papel do Estado na diversidade	33
2.4 - A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural	34
3. O PROGRAMA CULTURA VIVA E O MAIS CULTURA	37
3.1 - O Ponto de Cultura	40
3.2 - O Mais Cultura	47
4. ANÁLISE TEMÁTICA DOS PONTOS DE CULTURA DA BAHIA	51
4.1 - A baianidade que oculta a diversidade	51
4.2 - O Edital Pontos de Cultura da Bahia	54
4.3 - Análise temática dos Pontos de Cultura da Bahia	60
4.4 - Construindo uma rede	63
5. Considerações Finais	68
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
7. ANEXOS	
7.1 Relação dos Pontos de Cultura selecionados por área temática	74
7.2 Relação de municípios por Território de Identidade	82

1. INTRODUÇÃO

Antes de começar a análise, gostaria de apresentar as razões que contribuíram para a escolha do objeto de investigação. De certo modo, o presente trabalho se inicia em 2008, quando ingressei na Secretaria de Cultura do Estado para um período de estágio de um ano. Na oportunidade tive o primeiro contato direto com a ação Ponto de Cultura onde participei da equipe que acompanhou o edital estadual desde a sua criação até o início dos convênios. Aliado a esse interesse particular, somam-se outros fatores que descreverei a seguir.

As políticas culturais do governo Lula e do então ministro Gilberto Gil se apresentam como um marco na história das ações voltadas para a cultura. A primeira grande diferença foi a adoção do conceito de cultura em sua dimensão dita “antropológica” que teve como consequência a ampliação do público privilegiado pelas políticas culturais. Além disso, Gil rompe com o estigma de ausência do Estado, que passa a ter papel ativo na formulação das políticas culturais.

A histórica relação entre Estado e cultura resultou em políticas culturais que tinham como público alvo um pequeno grupo de interlocutores. Sendo assim, tornou-se necessário elaborar políticas que ampliassem o público do Ministério e construíssem uma relação mais democrática com toda a sociedade. O Estado deixa de ser um mero financiador, em uma relação de livre comércio, para estimular pólos de criação e produção culturais. E é justamente da necessidade de uma ação que desse capilaridade a atuação ministerial que nasce a ação Pontos de Cultura.

O projeto se apresenta como uma posição contra-hegemônica a cultura pautada em uma relação de mercado e permeada pelos grandes meios de massa. Contrariando a idéia de homogeneização global, os Pontos de Cultura representam a busca pela valorização e visibilidade da cultura onde estão localizados, através de uma política cultural que promove a diversidade cultural.

Documentos contemporâneos como a “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, colocam o tema da diversidade na pauta do debate cultural. Com a assinatura de documentos como a convenção, diversos países assumem o compromisso de ter um papel ativo a favor da diversidade.

Analisando os estudos de políticas públicas no Brasil, Rubim (2007) apresenta uma concentração de trabalhos sobre períodos específicos acontecidos em dinâmicas nacionais e locais e sobre políticas de financiamento. Embora haja um desenvolvimento crescente de trabalhos sobre políticas culturais, esta produção está dispersa por diversas áreas disciplinares. Programas como o Cultura Viva e a ação Ponto de Cultura se configuram como novos objetos de estudos e ainda não possuem muitos trabalhos concluídos sobre o tema. Sendo assim, a apresentação desta pesquisa busca colaborar no estudo de políticas públicas que tenham como foco a valorização do acesso e da diversidade cultural.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi necessária a leitura de textos que tratassem da diversidade cultural e das políticas públicas no Brasil. Devido a tratar-se de um novo objeto de pesquisa, a maior parte das fontes são documentos oficiais, além dos conhecimentos adquiridos no contato diário com os Pontos de Cultura durante o período de estágio. Os dados apresentados nesta pesquisa foram recolhidos durante o período de estágio na Secult e a maior parte deles ainda não foram apresentados oficialmente.

Em termos estruturais, a pesquisa se divide em quatro capítulos: um histórico sobre as políticas públicas para a cultura; as políticas culturais para a diversidade; o programa Cultura Viva e o Mais Cultura e a análise temática dos Pontos de Cultura da Bahia. Esta divisão busca apresentar um panorama sobre o desenvolvimento de políticas públicas, a necessidade de políticas públicas na proteção e promoção da diversidade até chegar a análise dos Pontos de Cultura da Bahia sob a luz da diversidade cultural.

O primeiro capítulo se debruça sobre a compreensão do que é uma política cultural e como ela ocorreu no Brasil. No primeiro momento são analisadas as políticas públicas no país em sua histórica relação com o autoritarismo, ausência e instabilidade. A análise observa períodos marcantes das políticas culturais implementadas em três momentos que tiveram maior destaque na formulação de políticas públicas para a cultura: as décadas de 30/40, pela atuação de Gustavo Capanema e Mário de Andrade, seguida pelo período da ditadura militar e o período entre Sarney e Fernando Henrique Cardoso quando o financiamento cultural é fortemente ligado a incentivos fiscais.

Em um segundo momento, o capítulo busca analisar as políticas culturais do governo Lula a partir da gestão do ex-ministro Gilberto Gil e as transformações trazidas por esse novo papel do Ministério. Em seguida, um breve histórico sobre as políticas culturais no Estado da Bahia os novos referenciais teóricos na construção das políticas culturais.

O capítulo seguinte busca uma análise do que é a diversidade cultural e importância de políticas públicas que estejam voltadas a proteção e promoção dessa diversidade. O terceiro capítulo apresenta o programa Cultura Viva e a sua ação prioritária, o Ponto de Cultura, além do programa Mais Cultura, a partir do qual temos a descentralização da gestão com o lançamento do edital Pontos de Cultura na Bahia.

O quarto e último capítulo traz uma breve apresentação sobre a construção da baianidade e uma análise temática dos Pontos de Cultura de acordo com os dados obtidos durante o processo de seleção de modo a exemplificar a diversidade cultural do Estado e a necessidade de políticas que favoreçam a visibilidade dessa dinâmica em contraposição a adoção de monocultura.

Por fim, nas considerações finais são apresentados os principais resultados deste trabalho.

1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

Pensar em políticas públicas é pensar em intervenções conjuntas e sistemáticas, nos seus atores, nas metas e objetivos. São muitas as definições de políticas culturais, mas para o presente trabalho irei utilizar o conceito de Nestor Garcia Canclini que afirma:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto as conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener o consenso para um tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el âmbito de las políticas culturales necesita ser ampliado teniendo em cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales em La actualidad.(CANCLINI, 2001, p.65)

As políticas públicas devem buscar interlocuções entre as instituições civis e grupos organizados buscando o desenvolvimento simbólico de um povo. A forma de conceber e gerir a cultura passa então a ser o maior desafio dos gestores culturais, pois pensar em política cultural como afirma Sodré (YODA, 2007) é entender sobre o que se fala para repensar e resignificar¹.

1.1 As políticas públicas do Estado Brasileiro

O estudo sobre políticas culturais no Brasil é um objeto de interesse recente com um número maior de trabalhos sobre as décadas de 1930 e 1940. Foi a partir da década de 30 que o Estado passou por reformas administrativas com o objetivo de implementar políticas específicas para o setor cultural com uma abrangência nacional. Destacam-se neste período as ações de Gustavo Capanema e Mário de Andrade, respectivamente responsáveis pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Estes foram os primeiros intelectuais a pensar políticas públicas de cultura no país.

Esse período foi marcado por uma série de medidas que buscavam institucionalizar o setor. Como exemplo da atuação de Gustavo Capanema a frente do

¹ Em entrevista concedida ao repórter Carlos Gustavo Yoda

Ministério da Educação e Saúde temos a criação de inúmeros institutos como a Superintendência de Educação Musical e Artística, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), o Instituto Nacional do Livro e o Conselho Nacional de Cultura. Todos esses órgãos foram criados pelo Governo Federal em um período de dois anos, entre 1936 e 1938.

A passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo é marcada pela institucionalização e o estabelecimento de parâmetros para um conceito ampliado de Cultura. Para Mário de Andrade as políticas culturais não poderiam ser reduzida apenas ao patrimônio material e as belas-artes, devendo incorporar também o patrimônio imaterial. Em artigo publicado no livro Políticas Culturais no Brasil, Rubim (2007, p.15) apresenta algumas inovações na formulação de políticas culturais por Mario de Andrade, como: 1) Sistematização que atinge diferentes áreas da cultura, 2) a cultura como algo vital, 3) ampliação do conceito de cultura entendendo que ela extrapola as belas artes e abarca outras expressões como as culturas populares, 4) assumir que o patrimônio imaterial é tão importante quanto o imaterial, 5) patrocínio a duas missões etnográficas às regiões nordeste e amazônica com objetivo de pesquisar suas populações. Mediante a execução de tantas ações não há como negar o título de inauguradores das políticas culturais no Brasil aos dois intelectuais.

As iniciativas deixam claro o impacto revolucionário que essas ações tiveram na época e marcam um período emblemático das políticas culturais que é a sua relação com os governos autoritários. A fase democrática seguinte, entre 1945 até 1964, não conseguiu dar continuidade ao que foi realizado nos anos anteriores. A estrutura anterior foi mantida, houve auxílio a algumas instituições privadas que foram declaradas de utilidade pública, mas nada que fosse considerada uma política cultural. O término da Segunda Guerra Mundial marcou a ascensão dos meios de comunicação de massa com destaque para o rádio e posteriormente a televisão na década de 50.

Em 1964, os militares aplicam um golpe de Estado e novamente é instalada uma relação da cultura com o autoritarismo. O período pode ser dividido em três fases: a primeira marcada pela atuação junto a setores populares e militantes; na segunda fase, período mais violento da ditadura, há um vazio cultural e um fortalecimento da cultura midiática reprodutora da ideologia oficial; e por fim o terceiro período caracterizado por uma abertura gradual com novos investimentos na área cultural e criação de novos

órgãos como a FUNARTE. O período militar foi marcado pela repressão, censura, perseguição, assassinato e exílio dos intelectuais, artistas, cientistas e todos aqueles que não concordavam com o regime. No mesmo período houve um alto investimento em toda a infra-estrutura tecnológica necessária a cultura midiaticizada. Essa cultura midiática fortemente marcada pela utilização dos meios de massa é estimulada em contraposição a importantes movimentos que aconteciam no campo artístico como o circuito universitário, que desenvolvia os Centros Populares de Cultura – CPC, vinculado a União Nacional dos Estudantes, a bossa nova e o cinema novo.

É um período marcado pela tentativa de criar uma identidade nacional, como afirma Renato Ortiz:

(...) assumindo o argumento da unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como o guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra possíveis invasões estrangeiras preserva a memória contra a descaracterização das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones desviantes. Cultura brasileira significa neste sentido “segurança e defesa” (...). (ORTIZ, 1994, p.100)

A ditadura militar assim como o governo Vargas, tentou estabelecer uma legislação cultural e criou instituições como o Conselho Nacional de Cultura (1966), a Empresa Brasileira de Filme – EMBRAFILME (1969), o Plano Nacional de Cultura (1975), a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE (1975), o que podemos considerar um avanço para a época em termos de institucionalização e criação de importantes órgãos para a cultura.

Com o fim da ditadura militar e início de um novo governo democrático, é criado em 1985, durante o governo do presidente José Sarney, o Ministério da Cultura. Foi um início difícil, devido a ausência de recursos financeiros, de espaço físico e de profissionais. Como uma das possibilidades de ampliação dos recursos e tentativa de impulsionar a produção artístico-cultural, foi criada em 02 de junho de 1986, a primeira lei de incentivo fiscal que ficou conhecida como Lei Sarney. Diferentemente do Ministério da Educação que possui dotação orçamentária específica, prevista na constituição e que por isso não pode ter cortes, o fundo voltado a cultura não possui especificação semelhante.

No governo do presidente Collor, houve novo retrocesso no campo cultural. O Ministério da Cultura foi extinto em 1990 junto com diversas vinculadas e a lei Sarney foi revogada. Em 1991 é criada a Lei Rouanet, uma nova versão da Lei Sarney que trabalha com o mesmo argumento: o financiamento cultural com isenção fiscal. A utilização das leis de incentivo aumentou indiretamente os investimentos estatais em cultura, pois os recursos são provenientes da isenção fiscal para empresas que em alguns casos chega a 100%. Esse tipo de financiamento diminui o poder de intervenção do Estado na medida em que coloca o poder de decisão no mercado. Com o impeachment de Collor e a sucessão por Itamar Franco, o Ministério da Cultura foi recriado junto com algumas instituições importantes como a FUNARTE.

Essa lógica de financiamento não apenas se mantém como é intensificada no governo FHC. O modelo neoliberal, adotado como novo modelo econômico no país lança uma publicação com o título: *Cultura é um bom negócio* (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1995) e estimula a utilização das leis de incentivo. Esse modelo, adotado pelo ministro Francisco Weffort, enfraquece o papel do Estado e tenta construir a falsa idéia de lei de incentivo como política cultural. O investimento em cultura, ancorado no livre mercado, não favorece o processo democrático, o acesso ou uma concepção nacional de cidadania cultural, visto que, o poder de decisão está no mercado e cabe ao Estado apenas subsidiar os projetos.

Este breve histórico busca retratar as três tristes tradições apresentadas por Rubim: o *autoritarismo*, com sua estrutura elitista e desigual; a *ausência* do Estado como fomentador de políticas culturais, principalmente nos períodos democráticos, e a *instabilidade* das políticas culturais, caracterizadas pela descontinuidade das ações e a ausência de políticas de Estado.

1.2 O Governo Lula e Gil

O governo Lula e do ministro Gilberto Gil se deparam em 2003 com um grande desafio: a construção de uma política de Estado – nacional e pública – que supere as tristes tradições historicamente verificadas. O compromisso de criar um novo modelo de políticas no campo da cultura foi inicialmente assumido na campanha eleitoral através

do documento intitulado “A imaginação a serviço do Brasil”², que apresenta as concepções e diretrizes para o programa de governo de Lula.

O documento apresentava o compromisso do então candidato com a formulação de políticas culturais de Estado, e apresentava três dimensões estruturantes: como direito social básico – a cultura como direito do cidadão, assim como o voto, a educação e a saúde; cultura como política pública para o desenvolvimento social e a cidadania – que significa pensar a cultura como geradora de dividendos ao mesmo tempo em que garanta a cidadania cultural; e a cultura ativo econômico – capaz de gerar ativos econômicos fora da escala industrial.

O documento é anterior a indicação de Gilberto Gil para o Ministério e apresenta divergências e assimetrias com as políticas culturais adotadas pelo MinC. A nomeação de Gilberto Gil e consequentemente a contratação de profissionais que não fizeram parte da construção do documento levaram o Ministério a um caminho diferente, ainda assim, o discurso da mudança e rompimento com a política cultural aplicada anteriormente foi mantido e esteve presente no discurso de posse de Gil. Em seu primeiro discurso³, o ministro artista apresenta a proposta de alargar o conceito de cultura incorporando a dimensão antropológica nas ações que pretende empreender. Gil afirma:

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem. (Gil, 2003)

Ainda no discurso de posse, Gil afirma a importância do papel do Estado na formulação de políticas públicas quando diz que “formular políticas culturais é fazer cultura”. Este é o novo compromisso do Ministério, criar um Estado mais presente e participativo, em contraposição a política de Estado mínimo que acontecia no modelo neoliberal utilizada no governo FHC.

Como desafios impostos a essa nova proposta, Gil encontra um Ministério com baixo orçamento, concentração de recursos em setores culturais e em determinadas

² Caderno de campanha (PARTIDO DOS TRABALHADORES. A imaginação a serviço do Brasil. São Paulo, PT, 2002). Disponível em <http://www.pt.org.br/site/assets/cadernocultura.pdf>

³ Pronunciamento de posse do ministro Gilberto Gil disponível em: www1.uol.com.br/.../030106/discurso_de_posse-cultura.doc

regiões do país, fragilidade institucional, ausência de pessoal e uma política equivocada de leis de incentivo e eventos como política cultural.

Gil instaura uma nova visão de cultura no MinC, tomada em sua “dimensão antropológica” e sai do discurso para traduzi-lo em uma política concreta. Se analisarmos a cultura através da visão antropológica apresentada por Botelho(2001), podemos considerar como cultura tudo que está ao nosso redor, o resultado de nossas práticas cotidianas. Já pela visão da sociologia, estaremos reconhecendo a cultura como matéria de criação do artista, relacionada a um circuito de produção/consumo organizado por um mercado. Desta forma, podemos verificar como o conceito sofreu alterações com o passar dos anos, sendo responsáveis por essas transformações as mudanças econômicas e sociais sofridas pela sociedade. Botelho ainda destaca:

Cabe aqui insistir nesta questão que as políticas de cultura continuam enfrentando. Refiro-me ao empobrecimento que ocorre quando se entende que a ênfase dada a uma visão antropológica deva se acompanhar de uma desconfiança diante da produção artística, ou diante do que se imputa a ela como “produto de elite”, ou como vertente que se afasta dos traços nacionais que a memória privilegia. Creio que a dinâmica é outra, pois identidades são produtos de formação histórica, realidade dinâmica, sempre em transformação, o que justamente faz produtiva a relação entre memória e criação, pois os problemas enfrentados pela sociedade mudam com as conjunturas e exigem respostas originais. Além disso, a cultura não é apenas um bem coletivo, uma tradição a preservar. Ela é uma produção coletiva, constante incorporação do novo. (BOTELHO 2007, p.15)

Para a autora a cultura é a interseção entre os dois campos, o antropológico e o sociológico no sentido que “um plano alimenta o outro, um transforma o outro”, assim, as políticas culturais estão intimamente relacionadas as formas de governo e as transformações sociais.

É justamente buscando a transformação social que o ministro assume a dimensão antropológica. O desafio é ampliar a ação do Estado para atender camadas da cultura que eram discriminadas e esquecidas pelas políticas culturais. Adotar essa nova dimensão é escolher o processo mais lento e difícil em uma política pública, pois exige uma articulação com diversas áreas como a educação, comunicação, economia, saúde, dentre outras, e requer uma estratégia diferenciada. Além disso, é mais complicado de mensurar os resultados, pois eles estão presentes principalmente nos bens simbólicos,

no cotidiano, diferentemente da dimensão sociológica que é mensurada através das suas instituições, bens, programas, etc.

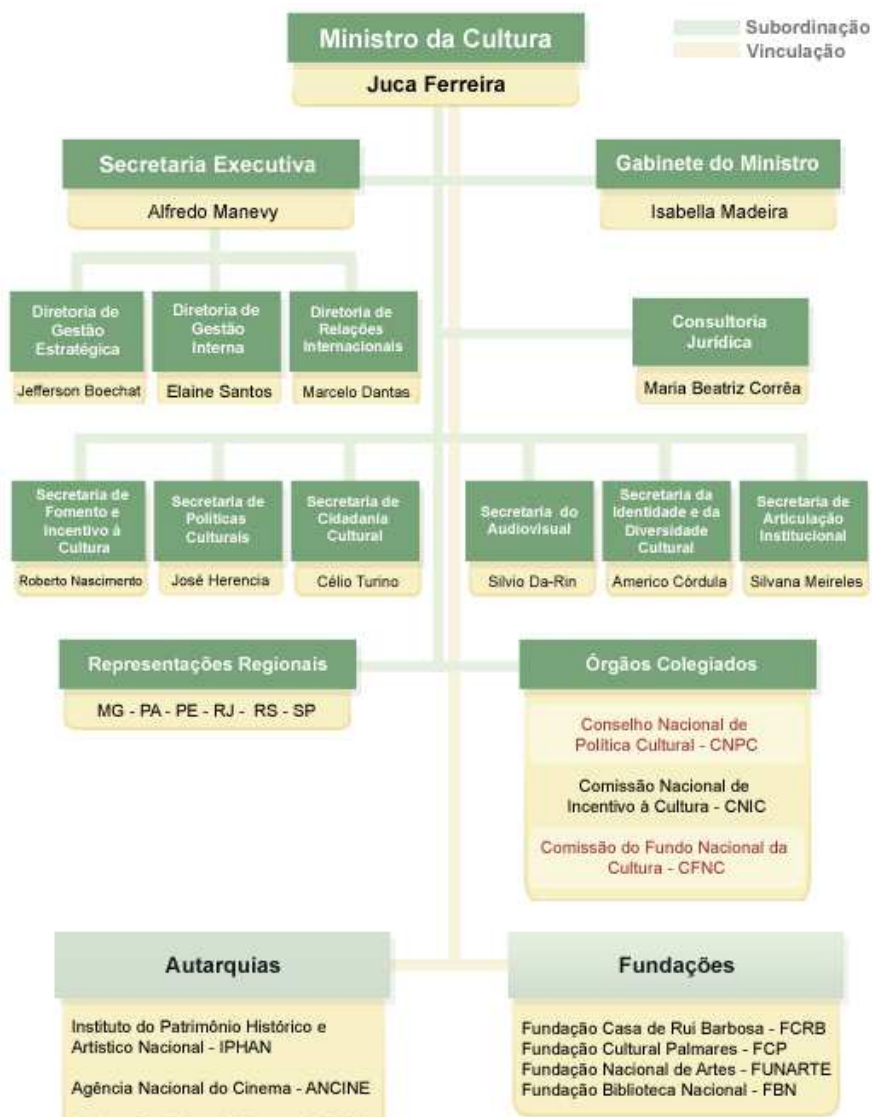
Após sete anos de governo, o problema estabelecido na primeira gestão de Lula/Gil e que perdura até os dias atuais é conseguir dar conta na intervenção prometida. Essa nova dinâmica exige uma série de transformações que vão da sua própria estrutura ao processo de articulação com outros ministérios. O primeiro passo foi a reestruturação do Ministério com a criação novas secretarias em substituição as anteriores (no governo anterior as secretarias eram voltadas a áreas finalísticas da cultura) e a criação de duas representações regionais, das regiões Norte e Sul. Outro problema verificado é o pequeno quadro funcional do Ministério. O único concurso público realizado antes do governo Lula ocorreu em 1994 e novos concursos só foram realizados entre 2005 e 2006. Mesmo com os concursos, o quadro funcional do Ministério é composto em sua maioria por funcionários terceirizados, contratados para atender demandas específicas, mas que com o final do governo e mudança para uma gestão de oposição são “trocados” por outros, o que ajuda a inviabilizar uma política cultural que busque a continuidade.

Uma das principais necessidades levantadas por esse novo modelo é a articulação com outras esferas do poder público e privado. O Ministério da Cultura deve passar a atuar de maneira transversal, em sintonia com os outros Ministérios e a sociedade civil ultrapassando os limites de uma pasta do governo e dialogando com o máximo de representações possíveis. Nas relações dentro do governo houve avanço com alguns Ministérios como os da Previdência Social e Ministério do Trabalho, através da realização de campanhas de conscientização sobre a contribuição previdenciária para os atores culturais e a parceria para financiamento do Agente Cultura Viva respectivamente, dentre outros Ministérios. A relação com a sociedade civil é permeada pelas instâncias de participação como a Conferência Nacional de Cultura e o apoio direto a instituições através da política de editais. Em um segundo momento foi necessário compreender os limites de atuação do ministério, pois não há como abarcar todos os sentidos da cultura.

O Ministério defende a cultura como dimensão simbólica de um povo, como conjunto dinâmico dos atos criativos, produção simbólica, eixo construtor de identidades e espaço de cidadania. Os diversos programas e ações atuam nessas linhas de trabalho recusando a dicotomia cultura popular *versus* cultura erudita, pois ela é a

interseção ente os campos. Para atender a essa demanda foi necessário um redesenho institucional⁴, o qual se encontra especificado abaixo:

FIGURA 1



Esse remodelamento institucional representa o início de uma nova estrutura que busca melhor conduzir as políticas nas suas áreas. Um exemplo dessa nova estrutura é a criação das câmaras setoriais nas mais diversas linguagens artísticas que possibilitam pela primeira vez o diálogo entre as esferas públicas, privada e a sociedade civil na definição das metas e ações a serem priorizadas. Mesmo com as mudanças ainda há

⁴ Nova composição dos cargos no MinC, após a saída de Gilberto Gil. (26 de setembro de 2009).

uma ausência no que concerne a capacidade de processamento tecnopolítico⁵, compreendida pela falta de capacidade de administração das questões culturais. O Ministério ampliou suas atividades, mas quantitativamente o corpo funcional não acompanhou essa mudança, sendo assim, com muito mais atividades e o mesmo número de funcionários algumas ações sofrem dificuldades técnicas de execução, o que se reflete no acompanhamento das ações do Ponto de Cultura.

1.3 A Política Cultural da Secult/BA

Durante os dezesseis anos que antecederam a gestão atual da Secretaria de Cultura da Bahia, a política cultural do Estado compreendia a cultura como belas artes e proteção do patrimônio cultural. Sua estrutura organizacional já refletia esse direcionamento e a cultura não tinha autonomia dentro da estrutura do Estado estando vinculada inicialmente a Secretaria de Educação e posteriormente ao Turismo. Na primeira vinculação a Secretaria colocava a Cultura em segundo plano, pois não havia uma estrutura adequada e um direcionamento das ações a serem desenvolvidas. No segundo momento, em 1995, a cultura foi vinculada ao turismo formando a Secretaria de Cultura e Turismo reforçando a política de eventos e de desenvolvimento de “infra-estrutura” cultural. A política cultural estava restrita a dotar o Estado de equipamentos culturais⁶ e infra-estrutura voltados a demanda turística.

A eleição de Jaques Wagner ao governo do Estado marca o rompimento com dezesseis anos de governo carlista. Há uma expectativa de mudança na área cultural com a recriação da Secretaria de Cultura como instituição autônoma e a indicação de Márcio Meirelles para secretário.

Meirelles é cenógrafo, figurinista e um dos diretores teatrais mais conhecidos do Estado. Em 1990, criou junto com Chica Carelli o Bando de Teatro Olodum e em 1994 tornou-se diretor artístico do teatro Vila Velha e foi convidado a assumir a Secretaria de Cultura em janeiro de 2007. A eleição do novo governo realiza uma mudança significativa no modo de conceber e gerir a cultura na Bahia passando a adotar, assim como o governo federal, a dimensão antropológica na formulação de políticas públicas

⁵ Frederico Barbosa afirma que há uma incapacidade gerencial para trabalhar a cultura no âmbito político, pois falta capacidade de administração nas questões da cultura gerada por uma atrofia das capacidades de condução política e burocrática da administração cultural. Há uma dificuldade operacional nos ítems mais triviais da administração pública que se reflete em problemas estratégicos das instituições.

⁶ Por equipamento cultural compreende-se as edificações destinadas as práticas culturais

para a cultura. A cultura passa a ser entendida como toda a produção simbólica de um povo e a secretaria passa a ter como missão:

Formular e implementar, de forma articulada com a sociedade, políticas públicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania. (SECULT, 2007)

A nova política cultural da Secult/Ba visa romper com a baianidade concebida e moldada pelo grupo político que passou 16 anos no poder. Em um primeiro momento a baianidade esteve vinculada a um forte apelo político utilizado na campanha ao governo do Estado em 1990, quando Antônio Carlos Magalhães a associa ao amor pela Bahia ou o “orgulho de ser baiano”. A utilização de recursos simbólicos, como as cores da bandeira da Bahia e signos oriundos da tradição afro-descendentes, nas campanhas políticas marcaram a construção dessa identidade. No segundo momento ela é replicada na campanha de marketing institucional da TV Bahia, empresa que pertencia a ACM, fortemente ligada a cultura do recôncavo e metropolitana. É no turismo que o texto da baianidade (GAUDENZI, 1999) ganha força com a ênfase de louvor a Bahia através de suas belezas naturais e tradições de origem afro-descendente. O fato é que essa baianidade nunca refletiu a diversidade do Estado em seu complexo e diverso conjunto de falas, práticas e atores, pelo contrário, a colocava como um processo harmônico e sem conflitos.

Como guia para as suas ações durante o período de governo, a Secretaria de Cultura da Bahia definiu cinco linhas de ação⁷:

- Diversidade - Proteção e promoção da diversidade para que ela se renove e amplie continuamente. Valorização da diferença de idéias, de opções religiosas e sexuais, de matizes culturais e étnicas, de ideologias, saberes e práticas, compreendendo a capacidade de aceitar e conviver com o diferente.
- Desenvolvimento – Quanto mais diversa é a produção simbólica de um povo, maior é a possibilidade de escolhas dos seus cidadãos. As

⁷ Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao>

atividades culturais promovem o desenvolvimento social, político, ambiental dentre outros aspectos, mas é necessário criar um mercado que dê condições de concorrência.

- Descentralização – redistribuir os programas e investimentos governamentais pelos 26 territórios de identidade. A consolidação do Sistema Estadual de Cultura exerce um papel importante nesta ação através da articulação entre o Estado, municípios e organizações da sociedade e outros atores sociais.
- Democratização – Compreender a cultura como direito do cidadão criando oportunidades de acesso aos bens culturais e a possibilidade de produzi-los.
- Diálogo e transparência – As políticas públicas demandam participação e uma relação transparente. A secretaria busca a prática do diálogo com a sociedade que pode ser observada através da realização das Conferências Estaduais de Cultura.

Assim como o governo federal, a Secult implanta um novo modelo de gestão voltado a construir políticas de Estado que não se esvazie com a eleição de um novo governo. O principal desafio dessa nova gestão é mudar forma de conceber e gerir a política cultural do Estado. Assim como o Ministério da Cultura, a Secult passa a compreender a cultura como toda a produção simbólica de um povo e como fator de desenvolvimento. Para atender essa nova idéia foram traçadas duas metas⁸. A primeira trata da ampliação e acesso aos bens culturais, onde temos como exemplo o edital Pontos de Cultura da Bahia e o Domingo no TCA⁹. Como segunda meta a Secretaria propõe a culturalização do produto baiano agregando valor simbólico as mercadorias e criando diferenciais competitivos para as mesmas.

A implementação do Sistema Estadual de Cultura também é considerada fator decisivo, pois permitirá a articulação institucional com diversas esferas do poder público e privado, sejam elas do Estado, municípios, organizações da sociedade civil, empresas e atores sociais. Essa articulação entre os diversos organismos é importante

⁸ Metas disponíveis em: <http://www.cultura.ba.gov.br/secretaria/desafio>

⁹ No Domingo o TCA, que ocorre uma vez por mês, são apresentados espetáculos culturais ao preço simbólico de R\$ 1,00.

para o desenvolvimento social e só ocorre através da coordenação de ações, otimização de esforços e compartilhamento de responsabilidades.

Outro fator importante na formulação de políticas de cultura foi a utilização do conceito de Território de Identidade em muitas ações da Secretaria, criado com o objetivo de:

(...) identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. **(PPA/2008-2011)**

O conceito de Território de Identidade é bastante utilizado no processo de democratização e distribuição dos recursos. Os editais lançados pela Secretaria de Cultura utilizam comumente o conceito associado a cotas para a capital e interior. Visando a descentralização das ações e o maior intercâmbio entre as produções artístico-culturais, a FUNCEB, direciona premiações para o interior do Estado. A distribuição dos recursos com base na distribuição territorial descentraliza os investimentos e potencializa as ações culturais em todo o Estado.

Todas estas ações estão alinhadas com as políticas implementadas pelo Minc durante o governo Lula e favorecem a parceria com o ministério nas ações a serem desenvolvidas na Bahia. E é justamente por esse “entrosamento” nas diretrizes com o Ministério que o Estado foi o primeiro a assinar o convênio de descentralização da gestão do programa Ponto de Cultura.

2. POLÍTICAS CULTURAIS PARA A DIVERSIDADE

A análise da cultura na contemporaneidade é um processo complexo que decorre das inúmeras transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo da história, marcadas pela tensão entre o global e o local e o caráter híbrido da cultura. Segundo Hall (2003, p.238), a cultura deve ser vista dentro das relações de poder e dominação cultural. A nova relação espaço X tempo trazida pela utilização das novas tecnologias, transporte e meios de comunicação nos coloca em um novo patamar de troca. A circulação de símbolos, valores e produtos é potencializada e essa característica do contexto globalizado chegou a criar o receio de uma homogeneização cultural, onde haveria uma uniformização dos valores e costumes. De fato, os meios de massa criaram padrões de consumo cosmopolitas e reduziram o papel das culturas nacionais, mas não podemos desconsiderar que as apropriações não se dão de maneira igual e que existe um processo de resistência cultural. A globalização e suas supostas conseqüências, não podem ser “simplificadas”. Segundo Morin (MORIN APUD BARROS, 2008), devemos adotar o pensamento complexo que propõe justamente um outro modo de compreender a realidade. Para ele, o pensamento complexo é “uma postura de crítica e superação do pensamento simplificador, definido como um paradigma disjuntor e redutor, que isola, recorta e manipula a realidade”.

É buscando superar esse pensamento simplificador e entendendo “as realidades dialógicas e polilógicas”(BARROS, 2008, p.16) que devem ser formuladas as políticas culturais para a diversidade. A diversidade cultural não é um mosaico harmônico, pelo contrário, é o resultado de uma troca constante entre sujeitos, instituições e grupos que envolve conflitos e tensões. É necessário conhecer e compreender as diferenças e seu contexto histórico para formular políticas que possam efetivamente promover a diversidade e não apenas proteger determinadas culturas ou expressões.

A partir da década de 50, a França implementou um rico sistema de proteção com taxas e cotas para a indústria cultural norte-americana passando a ter um papel ativo na defesa da cultura desenvolvida em seu país. Esse sistema foi um marco no enfrentamento aos grandes conglomerados de mídia e entretenimento da indústria cultural norte-americana. Os defensores da exceção cultural trabalham basicamente com dois argumentos¹⁰: os bens e produtos culturais são diferentes de outros bens e produtos e não

¹⁰ Mario Vargas Llosa -artigo publicado no O Estado de São Paulo em 1º de agosto de 2004

podem ser entregues a livre competição do mercado; e que os produtos culturais devem ser objeto de um cuidado especial por parte do Estado

Se os produtos culturais forem oferecidos à lógica do livre mercado os produtos culturais competirão em situação de desigualdade com produtos provenientes dos grandes conglomerados industriais. Isso poderia acabar com as experimentações artísticas em alguns gêneros como teatro, música, dança dentre outros. As experimentações artísticas são importantes na construção do novo, da criação, e a diversidade também contempla esse processo. O segundo argumento apresentado por Llosa, se baseia no princípio de que o Estado é o defensor da identidade de seu povo, naquilo que aglutina a sociedade. Cabe ao estado proteger a identidade nacional do processo de globalização e das transnacionais que efetuariam uma nova colonização impondo a sua cultura.

A exceção cultural francesa é um momento histórico importante para compreender a preocupação com a cultura nacional e o medo de que ela, assim como a identidade nacional fossem destruídas pelo processo de globalização. De todo modo, não se pode atribuir a globalização apenas aspectos malignos, pois os fluxos e trocas culturais alargam a noção de identidade e não apenas enfraquecem o entendimento sobre a cultura nacional. É analisando o outro que compreendemos melhor a nossa cultura, as nossas diferenças. Também devemos compreender que o fluxo de bens e produtos faz parte da nossa construção identitária e por isso deve-se ter cuidado com relação ao extremismo na exceção cultural. Segundo Brant, os defensores mais extremistas da exceção cultural acreditam que as culturas estrangeiras podem destruir as culturas locais e os valores tradicionais e defendem o posicionamento do Estado como protetor da cultura nacional. Desta forma, estaríamos regredindo a uma política de nacionalismo cultural que seria colocar a cultura e a liberdade como processos antagônicos. A liberdade de escolhas é fundamental na construção de uma cultura rica, dinâmica e plural e defender a posição do Estado como responsável pleno pelas escolhas seria delegar a ele o que é bom ou ruim para a sua população gerando um dirigismo cultural.

Uma nação é composta por diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero e cada grupo possui suas peculiaridades, mas na tentativa de costurar essas identidades e criar uma identidade nacional, muitas vezes se esquece dessa hibridização, dos jogos de poder, contradições e divisões internas presentes no cotidiano social. Portanto, torna-se necessário conhecer as dinâmicas de funcionamento da cultura para construir políticas públicas eficazes que busquem fomentar a produção, difusão e consumo cultural em todas as suas instâncias: Federal, Estadual e Municipal.

Trabalhando o aspecto das políticas culturais voltadas para a diversidade, devemos lembrar que as culturas se organizam em valores, ideais, princípios, doutrinas, correntes de pensamento, conjuntos e sistemas que adquirem dinamismo peculiar pela articulação de elementos presentes e passados, originais e emprestados, nacionais e estrangeiros que não se descolam. Assim as formas e produções culturais criam e recriam-se na trama das relações sociais, como afirma Octavio Ianni (1991) e as políticas públicas de cultura devem estar atentas a essas transformações.

2.1 Diversidade Cultural

Mas o que é diversidade cultural? O termo tem sido invocado com frequência em vários campos de estudos e por vezes acaba sendo reduzido a dimensão de um *slogan*. Dentro das discussões sobre diversidade cultural se reconhece a existência de múltiplas definições da diversidade cultural. São muitos os termos utilizados para defini-la, tais como: o pluralismo cultural, multiculturalismo e interculturalismo. Para uma melhor compreensão, apresento uma série de definições complementares sobre o termo, através da fala de autores diversos.

François de Bernard (2005) apresenta cinco palavras chaves para compreender o que é a diversidade cultural. Diverso, porque a diversidade cultural é diversa, portanto, as pessoas não compreendem o conceito de maneira homogênea, idêntica. Cultural, para não ser confundido com biodiversidade, que trata da dimensão da natureza. Dinâmica, pois ela não poderia ser estática, rígida e contábil. Resposta, deixando habitualmente de ser questão para se tornar uma resposta política, educativa, social, econômica dentre outras áreas. E por fim, projeto, como um conjunto coerente e sistemático de análises, portanto um projeto teórico seguido um projeto jurídico no intuito de garanti-la e do projeto político, como filosofia e direito.

Para Rafael Segóvia (2005), o termo tem origem na terminologia ambientalista, como paralelismo à diversidade biológica. O autor apresenta a seguinte definição de diversidade cultural:

Diversidade cultural, portanto, quer dizer que a cultura e suas diversas manifestações são um recurso imprescindível e precioso, não renovável que permite a sobrevivência de um ecossistema; cada vez que desaparece uma cultura ou um traço

cultural, limita-se a capacidade de intercâmbio seminal, de inovação genética, de capacidade criativa e pouco a pouco, poderíamos nos encontrar em um mundo sem diferenças, unipolar, em que todos pensariam e agiriam da mesma maneira, em que ninguém tentaria expressar algo, em que o acinzentado e a homogeneidade reduziriam a humanidade a intrascendência. (SEGÓVIA, p 84)

Atuando como catalisadora dessas transformações, a globalização, através da utilização das “novas tecnologias”, potencializa a afirmação de identidades locais e regionais. De acordo com Hall, as identidades culturais surgem do sentimento de pertencimento do homem à cultura onde está inserido e contrariando a tendência de homogeneização global, observa-se que muitas comunidades buscam o retorno as tradições e a cultura local. Dessa tensão entre o global e o local e da sua articulação, Hall assume que “as diferenças estão entrelaçadas em identidades diferentes” e que desse processo de resistência a homogeneidade, surgem novas identidades emergentes do processo sócio-dinâmico ao qual os indivíduos e grupos estão submetidos. Paralelamente a todo esse processo, são formados sujeitos ativos que reivindicam a liberdade de expressão, garantias igualitárias e o direito a diferença.

A cientista política Nina Obuljen apresenta duas aproximações gerais da diversidade que embora pareçam distintas tem convergido sem necessariamente excluir a outra. São elas:

O primeiro enfoca especialmente a questão da diversidade cultural dentro de uma sociedade em particular. Essa aproximação considera indivíduos como denominadores potenciais de múltiplas identidades e características culturais heterogêneas que em conjunto constroem, por fim, uma identidade nacional. Tem seu foco nos direitos humanos básicos, promoção de democracia cultural, participação igualitária de todas as minorias (étnica, de gênero, orientação sexual, etc.).

A outra dimensão da diversidade cultural que tem sido amplamente debatida, especialmente nos últimos anos, é a questão da diversidade cultural entre Estados-nações, sociedade e/ou culturas. Nesse sentido, a diversidade cultural é entendida como um princípio representante das necessidades para um intercâmbio equilibrado de bens e serviços culturais entre estados e/ou culturas. (OBULJEN, 2005, p.121)

Nina Obuljen apresenta no texto *Diversidade e construção do futuro* uma análise cronológica dos documentos que tratam da diversidade. Através deste estudo pode-se verificar uma evolução na compreensão do que é a diversidade. No primeiro momento, no pós guerra, a cultura era vista como produção artística e os Estados-nação eram entidades unitárias e o pluralismo era visto sobre as diferenças internacionais. A segunda fase é caracterizada pela ampliação do conceito de cultura que num processo de resistência aos poderosos Estados e o imperialismo ideológico da Guerra Fria passou a ser interpretada como identidade.

O terceiro período é marcado por um desenvolvimento no campo das pesquisas e do planejamento de políticas públicas associadas a cultura e suas transversalidade. Por fim, o mais recente período é caracterizado pela ligação entre cultura e democracia, além dos novos desafios e significados trazidos pelo conceito da diversidade cultural.

O objetivo deste trabalho é analisar a diversidade sobre o primeiro enfoque apresentado por Obuljen, visto que, o Ponto de Cultura foi criado por um governo que adota uma política cultural caracterizada por programas que buscam garantir os direitos e desmontar privilégios. Além disso, o estudo se concentra em analisar as relações no âmbito nacional e não na sua relação com outras nações.

2.2 A UNESCO e a Convenção sobre a Diversidade

Em outubro de 2005, foi realizada em Paris a 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Nesta reunião, foi celebrada a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais onde foi reconhecida a diversidade cultural como característica essencial da humanidade. No primeiro momento, faz-se necessário compreender o que é uma convenção, porque ela não é apenas um instrumento utilizado por organismos internacionais para disseminar idéias, pois cria compromissos, vínculos. Sua aprovação gera um compromisso legal, jurídico, resultado de uma discussão que durou aproximadamente 20 anos e que se intensificou no final da década de 1990. Ela é o instrumento mais forte possível dentro de um organismo internacional e representa a consolidação de um conjunto de instrumentos jurídicos que a Unesco já possuía na área de cultura.

O principal objetivo dessa Convenção é o de criar, um ambiente que permita que todas as expressões culturais manifestem sua rica diversidade criativa, e elas possam renovar-se e sejam acessíveis a todos. Trata-se de uma plataforma inovadora para a cooperação cultural internacional que busca a compreensão mútua dos países em torno do diálogo entre os povos.

Antes da UNESCO chegar a formulação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, foram sete convenções que abordam a cultura e convergem por diferentes campos para a valorização da diversidade. As convenções atuam em áreas como educação artística, patrimônio cultural subaquático, diálogo intercultural, patrimônio, além da preservação do patrimônio material e imaterial que representam sete campos de ação a favor da diversidade. Esses documentos contribuem na construção dessa nova convenção ao mesmo tempo em que criam um novo desafio no sentido da entidade se organizar para atender a tudo que é proposto.

A UNESCO parte do princípio que a diversidade cultural é um valor universal, e afirma que:

... a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2002)

O trecho afirma a diversidade, e não o mercado, como valor. Considera os bens e serviços culturais como portadores de sentido e valor, diferentemente da visão da Organização Mundial do Comércio que tende a entender a cultura como um produto igual aos outros. A OMC é a organização internacional que atualmente trata das regras sobre o comércio entre as nações, incluindo a troca de bens e serviços culturais.

Um dos maiores exemplos da compreensão da cultura apenas como produto é a atenção dada pela OMC ao audiovisual e a indústria fonográfica tratando essas manifestações como serviços. A regulação é feita pelo GATS (General Agreement on Trade and Services ou Acordo Geral de Comércio), cuja análise não leva em consideração o caráter identitário e simbólico desses bens e seu impacto sobre as sociedades, principalmente sobre as mais frágeis. Neste caso, falar em uma sociedade

frágil não significa dizer que sua população recebe as informações e as assimila indiscriminadamente, mas ressaltar a ausência do Estado como “protetor” das diferenças e de sua cultura.

O Brasil teve um importante papel na aprovação da convenção. Primeiro, a delegação brasileira sugeriu a alteração do nome que inicialmente chamava-se “Convenção sobre a promoção e proteção dos conteúdos culturais e das expressões artísticas” que representava uma dicotomia entre a cultura erudita e a cultura popular. Segundo, a participação do Ministro Gilberto Gil foi muito importante para convencer alguns países que estavam reticentes em sua aprovação. Além disso, a aprovação da convenção no Brasil ocorreu mais rápido que a Convenção do Patrimônio Imaterial, sendo necessário apenas 15 meses entre a aprovação e ratificação junto a UNESCO em janeiro de 2007, para se ter uma idéia, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial demorou 29 meses para ser aprovada¹¹. Em junho do mesmo ano, em Paris, houve a primeira reunião dos países membros da Convenção onde o Brasil apresentou sua candidatura para membro do Comitê Intergovernamental, sendo eleito em dezembro de 2007 no Canadá.

Um dos esforços brasileiros para alcançar os objetivos da convenção é para cumprir o que pontua o artigo 11º que diz:

As partes reconhecem o papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. As partes deverão encorajar a participação ativa da sociedade civil em seus esforços para alcançar os objetivos da presente Convenção.

Há um empenho do Ministério da Cultura na formulação de políticas que possuam como objetivo a participação efetiva da sociedade civil. O MinC, a partir da gestão de Gilberto Gil, já estimulava as instituições da sociedade civil para atuarem como balança na política governamental, mesmo antes de assinar a convenção. O Ministério atua no sentido de potencializar o que a sociedade já desenvolve, promovendo o direito a diferença.

Contemporâneo a Convenção da UNESCO, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004 elaborado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o

¹¹ Aprovada em 1º de fevereiro através do Decreto-Lei nº 22/2006

Desenvolvimento - intitulado Liberdade Cultural num Mundo Diversificado¹² também faz referência a importância da diversidade cultural. O relatório reconhece que o desenvolvimento humano está fortemente ligado a possibilidade do indivíduo em escolher o tipo de vida que deseja e a provisão dos instrumentos para que ele possa efetuar-las. Para o PNUD esta é uma questão política e econômica que vai da proteção dos direitos ao aprofundamento da democracia. Se as minorias, étnicas, religiosas, sexuais, dentre outras, não participarem das decisões políticas, seja no âmbito local ou nacional, não é provável que esses grupos tenham acesso equitativo a serviços considerados básicos.

2.3 O papel do Estado na diversidade

Muitos estudiosos reconhecem erroneamente as políticas como responsabilidade exclusiva do Estado. As ações devem ser de mão dupla, já que se desenvolvem no campo simbólico, social e político, além disso, a terminologia do termo (*politikós*) também está relacionada a dimensão coletiva dos indivíduos. Para Rubim (2006), as políticas públicas de cultura podem ser exercidas por qualquer agente, seja ele da sociedade civil ou do Estado. Esta visão se aproxima da definição de Canclini (2001:65) quando define o termo políticas culturais como “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

Para Chauí (2006), não é papel do Estado ser produtor de cultura¹³, nem instrumento para seu consumo, mas concebê-la como direito do cidadão. Ele deve assegurar as pessoas o direito de “criar, produzir, difundir, distribuir suas próprias expressões culturais, e a elas ter acesso”¹⁴. Cabe ao Estado criar mecanismos para que os sujeitos sejam autores de sua própria memória, oferecendo condições teóricas e técnicas para atingir esse objetivo. E finalmente o direito a participação nas instâncias de decisão das políticas culturais.

¹² Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>

¹³ Segundo Chauí, sempre que o Estado tentou capturar a criação social da cultura para ampliar o campo cultural público, acabou por transformar a criação social em *cultura oficial*, trabalhando-a como doutrina e propagando-a por toda a sociedade.

¹⁴ Artigo 7º da Convenção

Essas ações se caracterizam como uma política voltada a cidadania cultural, onde a cultura não está reduzida a lógica do mercado, mas como direito de todos os cidadãos em uma sociedade desigual. Nessa forma organizacional os sujeitos e agentes entram em conflito, trocam suas experiências, resistem a algumas formas de cultura, assimilam outras em um processo de criação e transformação que move todo o processo cultural.

No Brasil o Ministério da Cultura vê a diversidade cultural como avanço e não como ameaça e a introduz na pauta política. O país tornou-se um dos protagonistas na discussão internacional do assunto em função da sua diversidade e das experiências que estão sendo desenvolvidas no sentido de diminuir as enormes desigualdades culturais que também possuem origem nas desigualdades sociais.

Um dos principais avanços da política cultural praticada pelo MinC foi reconhecer a importância que a sociedade civil tem no processo de construção dessas políticas. Historicamente, a tradição autoritária, impedia a discussão dessas políticas com a sociedade civil, principalmente com os setores interessados em cultura. Era uma política baseada em um poder vertical que impedia o caráter público, ou seja, não passavam pela aprovação popular. Os constantes debates com a sociedade civil criam “acordos” que favorecem a continuidade das políticas e estão em constante processo de negociação.

2.4 A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural

Em 2003, o MinC implanta a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, o primeiro órgão especializado nessa área de atuação dentro do governo federal e a experiência inovadora é citada como exemplo em vários organismos internacionais. A Secretaria foi responsável, junto com a Secretaria de Políticas Culturais por representar o Brasil no processo de construção e aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Além disso, desenvolve ações de proteção a segmentos sócio-culturais minoritários.

Atualmente, possui como secretário o paraibano Américo Córdoba, em substituição a Sérgio Mamberti que assumiu a presidência da Fundação Nacional das Artes – FUNARTE. Córdoba integrou a equipe da Secretaria como gerente até 2008 quando recebeu o convite do ministro para assumir o cargo de secretário.

O principal objetivo da Secretaria é garantir aos grupos e redes de agentes culturais o acesso aos recursos para desenvolver as suas ações. Com essa finalidade foi criado o Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural que se consolidou

com a inclusão no Plano Plurianual. A aprovação do programa nos planos plurianuais possibilitou ao Minc contemplar segmentos sócio-culturais; grupos etários, movimentos e áreas transversais do segmento cultural que antes não eram atendidos pelas políticas culturais.

A construção das políticas adotadas pela secretaria ocorre em parceria com a sociedade civil por meio de reuniões com grupos de trabalho, oficinas, fóruns, seminários, dentre outras atividades, além da análise das necessidades e demandas de cada minoria, ou seja, ela nasce do diálogo com os cidadãos que serão beneficiados. Por outro lado, a construção dessas políticas em sistema de participação nasce da mobilização de determinados setores das sociedades civis que por muito tempo foram esquecidos pelas políticas culturais e reclamavam da dificuldade em utilizar meios de acesso como as leis de incentivo.

Entre as ações realizadas pela Secretaria oriundas desses encontros estão: o colegiado setorial para as culturas populares e indígenas, inclusão digital de pessoas com deficiência, seminários sobre a convenção da diversidade cultural, e os prêmios: loucos pela diversidade, culturas ciganas, culturas populares, prêmio cultural LGBT, dentre outros. Como um dos destaques das ações executadas pela Secretaria, estão os editais prêmios para os povos indígenas, onde reconhecendo a dificuldade dessas populações na formatação de projetos, o órgão passou a receber projetos orais, gravados em fitas cassete ou formatos similares. Esta é uma das possibilidades de inclusão para comunidades que tradicionalmente foram excluídas das políticas públicas e por esse motivo não estavam habilitadas tecnicamente para atender a todas as exigências legais dos processos seletivos. Ainda assim, esse é apenas um pequeno avanço perto dos inúmeros entraves criados por uma legislação elitista que ainda exclui grande parte da população.

As ações da Secretaria estão direcionadas basicamente a garantia dos direitos das minorias étnicas, religiosas, sexuais, dentre outras, representando um avanço nas políticas públicas no sentido de criar condições mais igualitárias. O apoio a essas minorias se dá mais efetivamente através da política de editais-prêmios em razão da dificuldade que as instituições possuem de atender as exigências burocráticas do Estado. Em uma política de financiamento com as dificuldades na execução e prestação de contas do recurso, as instituições ficariam inadimplentes e impossibilitadas de buscar novos recursos. Paralelamente a secretaria reconhece essa dificuldade e tem

estabelecido prioritariamente a modalidade de premiação, pois nesse modelo não há prestação de contas, como forma alternativa de promover o acesso desses segmentos.

Outra ação importante desenvolvida pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural é uma série de seminários com o objetivo de disseminar os artigos da convenção. Os seminários têm como público alvo especialmente gestores públicos e privados no intuito de sensibilizá-los para que os princípios da convenção estejam imbuídos na elaboração das políticas culturais. O seminário é dividido em quatro mesas de debates: 1) Discussão sobre o texto da Convenção em si; 2) a utilização e aplicação da Convenção nas políticas públicas de cultura; 3) como a produção de bens, serviços e expressões culturais se articulam com o desenvolvimento local e regional; 4) como a sociedade civil pode contribuir na implementação da Convenção e para atingir os seus objetivos.

A secretaria de Identidade e Diversidade Cultural não é o único órgão a tratar do tema dentro do MinC. O audiovisual tem uma grande colaboração nos projetos da diversidade cultural, bem como a Secretaria de Cidadania Cultural, através do Programa Cultura Viva e o programa mais recente do Governo Federal, o Mais Cultura. O primeiro foi fortalecido pela evolução das tecnologias de captação e difusão de imagens e sons que permitem aos produtores e a sociedade civil criarem alternativas de produção, criação e difusão de conteúdos e desta forma fortalecer a diversidade. A Secretaria de Cidadania Cultural, como veremos mais detalhadamente no capítulo a seguir, foi a responsável pela criação do programa Pontos de Cultura que potencializa ações que já são reconhecidas e executadas em locais distribuídos por todo o território nacional. O Mais Cultura tem ampliado as ações que já estão sendo desenvolvidas através de grande aporte financeiro.

A análise das políticas públicas para a diversidade ressalva a sua importância como tema estratégico para as políticas culturais que se estabelece não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, reafirmando o direito soberano dos Estados na implementação de políticas necessárias a proteção e promoção das expressões culturais. A diversidade e os preceitos da Convenção não estão presentes apenas na Secretaria de Identidade e Diversidade, mas em todas as ações do Ministério da Cultura. O capítulo seguinte, que trata do Cultura Viva e o Mais Cultura propõe uma análise das ações destes programas em sua relação com os fatores que promovem a diversidade.

3. O PROGRAMA CULTURA VIVA E O MAIS CULTURA

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi criado em julho de 2004¹⁵ com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como a construção de novos valores de cooperação e solidariedade através da potencialização de energias sociais e culturais. O programa trabalha com a política de editais, meio bastante difundido pelo Ministério durante o Governo Lula por acreditar que essa política favoreça a democratização do acesso, a valorização das culturas locais e a distribuição dos recursos.

A transformação ocorrida com a adoção da política de editais pode ser observada na ampliação do público que passou a abranger grupos que historicamente não eram contemplados pelas políticas públicas de cultura. Essas minorias que passaram a ser beneficiadas são compostas por jovens de baixa renda, estudantes da rede básica de ensino ligados a comunidades rurais, indígenas, quilombolas, grupos culturais, assim como professores agentes culturais, dentre outros, que trabalham basicamente em ações voltadas ao combate da exclusão social e cultural.

O programa Cultura Viva é de responsabilidade da Secretaria de Cidadania Cultural, que anteriormente chamava-se Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC). Para Célio Turino, Secretário de Cidadania Cultural, criador, formulador e implementador dos Pontos de Cultura, a mudança que não ocorreu apenas no nome, mas também na estrutura da secretaria, significa um avanço, pois “ ‘Programas e Projetos’ têm em todo lugar, já ‘Cidadania Cultural’ engloba os conceitos que são o tripé do Programa Cultura Viva: Protagonismo, Autonomia e Empoderamento. Esse é o sentido da cidadania cultural plena”¹⁶.

Em intervenção na II Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais na Sede da UNESCO, ocorrida em junho de 2009, Sergio Mamberti, presidente da Funarte, expressa:

A iniciativa do Ministério da Cultura de criar o Programa "Cultura Viva" foi motivada pela busca de um programa mais vasto e mais aprofundado sobre a

¹⁵ Portaria 156/2004, publicada em 06 de julho de 2004, disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/portaria-156-de-2004.pdf>

¹⁶ Em entrevista concedida a assessoria de comunicação do Ministério da Cultura.

cidadania cultural e a promoção do conceito de diversidade por meio das manifestações populares.”

É na sociedade civil que o Cultura Viva busca parceria para a realização de uma política cultural mais próxima do seu público-alvo. Identificando instituições para atuar em parceria, o programa busca ampliar as referências simbólicas e linguagens artísticas da população para que ela possa utilizar esse conhecimento no processo de construção da cidadania. Trata-se, portanto, de valorizar o local, reconhecer os saberes e criar o sentimento de pertencimento. Para o programa, a potencialização das energias sociais e culturais dá vazão a dinâmica própria das comunidades e cria um movimento transformador em uma rede orgânica de gestão e criação cultural.

O programa Cultura Viva possui cinco ações complementares: o Escola Viva que é a integração da escola com as artes, patrimônio e equipamentos culturais; o Cultura Digital que engloba ações voltadas a inclusão digital, compartilhamento digital através da construção de redes e promoção do uso do software livre; o Agente Cultura Viva¹⁷, uma parceria entre o MinC e o Ministério do Trabalho que se volta a concessão de bolsas a jovens para trabalhar nos Pontos de Cultura, o Ação Griô que trabalha com os mestres de tradição oral; e o Ponto de Cultura. Todas as ações atuam em conjunto para o fortalecimento do Ponto de Cultura.

Com o Cultura Digital, cada Ponto deve ter um kit multimídia. Nos primeiros editais o kit era cedido pelo Ministério e era composto por equipamentos básicos: computadores, mesa de som, filmadora e gravador digital, nos editais estaduais é o Ponto de Cultura que decide os equipamentos que serão adquiridos com o recurso disponível.

Dentro da ação Cultura Digital os equipamentos deixam de ser apenas um meio, uma ferramenta para serem entendidos como cultura. Através dos equipamentos, os Pontos podem produzir vídeos, gravar um CD, construir uma página na internet, um site, blog, postar vídeos na rede, tudo isso através de programas em software livre. O uso do software livre se baseia na estratégia de que o programa aberto pode ser modificado e melhorado por aquele que o utiliza, transformando-o em um instrumento de autonomia. Ao contrário do software fechado, pago, em que o usuário deve aprender a ser usuário da máquina, no software livre o usuário é sujeito de sua transformação. No

¹⁷ O convênio com o Ministério do Trabalho encerrou em 2006, mas o MinC decidiu continuar com o projeto, mas não como uma ação regular e extensiva a todos os Pontos de Cultura. É aberto um processo de seleção para os Pontos que desejam participar do programa.

primeiro ano de execução do projeto o uso do software livre é opcional, mas sua utilização passa a ser obrigatória a partir do segundo ano. Inicialmente, há uma resistência ao uso do sistema por achar que os programas são mais complicados de manusear do que os do software pago e uma carência de suporte técnico, pois a capacitação do Ministério não consegue atingir todos os projetos. Para o Ministério a utilização do software livre apresenta um novo patamar de troca entre os indivíduos trazidos por conceitos e práticas de compartilhamento tecnológico, trabalho colaborativo e generosidade intelectual. A criação de uma rede, em escala nacional, possibilita a troca de experiências, pois a sociedade civil é convidada a ocupar espaços participativos de deliberação, sem perder a sua autonomia. Em rede, os Pontos passam difundir e acessar conhecimentos locais e globais importantes no processo de construção cultural.

Um dos grandes problemas enfrentados na criação da rede é a inexistência de internet banda larga em muitos municípios brasileiros. O Ministério das Comunicações está instalando antenas parabólicas na tentativa que o sinal chegue aos Pontos de Cultura nesta situação, mas ainda existem muitos Pontos excluídos da rede. Assim, pode-se observar que não há como construir uma rede em sua completude se não existem condições técnicas para o seu desenvolvimento e nem todos os interessados têm acesso.

O Escola Viva tem como objetivo integrar os Pontos a escola de modo colaborativo para a construção de um conhecimento reflexível e sensível através da cultura. É o resgate da relação da cultura com a educação através da atuação em duas frentes: transformar as experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura e transformando o Ponto em uma escola de cultura brasileira. Para atingir esse objetivo, o MinC buscou parceria com o Ministério da Educação para incentivar e convidar escolas que desenvolvam propostas inovadoras a apresentarem suas propostas pedagógicas que tenham a cultura como elemento estruturante.

Como outra frente, as escolas estabelecerão uma parceria direta com os Pontos de Cultura. No horário oposto a aula, o estudante poderá participar de oficinas e atividades culturais diversas oferecidas pelo Ponto de Cultura que efetuar o convênio, que por sua vez receberá preparo e acompanhamento pedagógico especializado.

O Agente Cultura Viva trabalha com o protagonismo juvenil. Jovens estudantes que possuem entre 16 e 24 anos com renda familiar menor ou igual a um salário mínimo passam a receber um auxílio financeiro para desenvolver atividades culturais dentro do

Ponto de Cultura. Inicialmente a ação tinha como parceiro o Ministério do Trabalho, como estímulo ao primeiro emprego, mas atualmente é custado pela Secretaria de Cidadania Cultural. O objetivo da ação é transformar o jovem em um multiplicador da cultura brasileira, por isso o programa busca atividades que abra o horizonte dos jovens para alternativas de construção de sua trajetória pessoal, garantam o acesso as manifestações culturais e criem espaços de sociabilidade onde eles possam ter voz, visibilidade.

A Ação Griô busca estimular a tradição da cultura oral nas comunidades através de pessoas que por diversas razões acumularam capital simbólico de suas comunidades. A principal proposta da Ação Griô é reaprender com esses mestres da tradição oral o jeito de construir o conhecimento integrado a sua ancestralidade. Essa construção se dá através de técnicas, expressões, representações, associadas a artefatos, instrumentos, objetos e lugares que fazem com que os indivíduos se reconheçam como parte integrante do patrimônio imaterial. Essa tradição é passada oralmente de geração a geração e o programa nacional foi construído no intuito de apoiar os mestres dos saberes como forma de preservar esses bens em todo o território da união.

A Ação Griô Nacional foi estruturada a partir do convênio com a instituição Grãos de Luz e Griô, de Lençóis na Chapada Diamantina, que se tornou Ponto de Cultura em 2004 e desenvolve ações nas áreas de educação e cultura. O convênio com a instituição foi renovado tornando-se o Pontão de Cultura Ação Griô Nacional que articula a iniciativa entre todos os Pontos de Cultura do Brasil, reconhecendo a memória, reelaboração e reinterpretação das tradições.

Como principal ação do Programa Cultura Viva, os Pontos de Cultura servem de elo para todas as outras ações do programa que foram citadas anteriormente. O desenvolvimento do programa é comparado a um organismo vivo, que se articula com gestores e atores que já existem nas comunidades. O programa propõe uma gestão aberta sem imposição de valores e normas e procura repensar a relação entre os espaços públicos de convivência e a oferta de equipamentos nos municípios.

3.1 O Ponto de Cultura

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do programa Cultura Viva e é responsável por articular e impulsionar ações que já são desenvolvidas nas comunidades. Ele se configura como uma ação que se contrapõe a filosofia neoliberal

de financiar o que já possui potencial de consumo dentro da sociedade. A ação Ponto de Cultura foi criada em 2004 e até o momento, o Ministério lançou quatro editais de seleção que resultou no convênio de 850 Pontos de Cultura. Uma nova etapa se configura no convênio com os Estados em um processo de descentralização da gestão através do programa Mais Cultura, que resultou em um aumento substancial do número de projetos em todo o país. A expectativa do Ministério é que com os convênios realizados com os governos estaduais, o número de Pontos de Cultura chegue a dois mil no ano de 2010.

Antes do Ponto de Cultura, o Ministério tinha como proposta a criação das Bases de Apoio a Cultura – BAC. As BACs seriam grandes centros de produção e distribuição de conhecimento em uma perspectiva de produção livre, coletiva e horizontal. O projeto, que nunca chegou a ser executado, era de construir grandes centros culturais distribuídos por todo o Brasil. O maior entrave para que saísse do papel foi a questão administrativa, além do alto custo para construir e equipar os centros. Com o número reduzido de funcionários, haveria uma grande dificuldade em acompanhar a produção dos centros e haveria uma demanda de contratação de profissionais que não seria possível devido ao reduzido orçamento para a área cultural.

Com tantos problemas de execução e diante da dificuldade de acompanhamento, as BAC's poderiam ter desviadas as suas funções originais como o que ocorreu com alguns centros culturais de responsabilidade do Governo do Estado da Bahia. Os centros que deveriam funcionar como espaço de criação e fruição, acabavam tendo ações culturais espaçadas e descontinuadas e em alguns casos começaram a ser utilizados como salão de bailes de debutantes e casamentos afastando-se completamente da sua atividade fim.

A proposta de construir grandes centros culturais foi considerada cara, pois necessitaria de uma enorme infra-estrutura, equipamentos e pessoal técnico especializado, mas a energia originária do projeto continuou no ar. Nasce em seguida a idéia de uma rede descentralizada de criadores e produtores que compartilhasse conhecimento. O novo projeto recebe o nome de Ponto de Cultura em alusão ao “do-in antropológico” citado por Gilberto Gil em seu discurso de posse:

No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar

aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (GILBERTO GIL, 2004)

Os Pontos de Cultura não possuem um modelo único de programação, atividades ou de uma proposta, pois nascem da potencialização de algo que já existe na sociedade. Após firmar convênio com o Ministério ou com o governo do Estado, as instituições tornam-se responsáveis por articular e impulsionar as ações que já praticam e são reconhecidas pela sociedade. Desta forma, os Pontos se apresentam como um elo entre a sociedade e o Estado possibilitando o desenvolvimento de ações culturais que devem ser pautadas nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento social, pilares do Cultura Viva, e assim, passem a fazer parte de uma gestão transformadora e compartilhada através da Rede de Pontos de Cultura.

O conceito de autonomia está relacionado a capacidade e ao direito de cada um em gerir uma parte importante dos assuntos públicos, desde que no interesse de sua população. O termo empoderamento é uma tradução da palavra inglesa *Empowerment* que significa “dar poder”, mas na filosofia de Paulo Freire (1992) a palavra segue uma lógica diferente. Empoderamento, para o educador, é o grupo ou instituição que por si mesma realiza as transformações e ações que a levam a evolução e ao fortalecimento. E por fim o protagonismo, que é colocar o sujeito, instituição, ou segmento da sociedade como principal sujeito da dinâmica social.

Podem participar dos Editais do Ponto de Cultura, instituições sem fins lucrativos que exerçam atividade cultural em suas comunidades. As instituições selecionadas recebem R\$ 180 mil reais durante o convênio para realizar as atividades por um período de três anos. O recurso deve ser aplicado em bens permanentes e bens de custeio a serem definidos pelo Ponto de Cultura sem nenhuma intervenção do Estado.

Embora não exista um direcionamento em relação ao que deve ser pago com o recurso, existe uma série de impedimentos legais que proíbe a compra ou pagamento de

determinados itens como material de limpeza ou despesas de manutenção da instituição. Se levarmos em consideração que a maior parte das instituições sem fins lucrativos no Brasil sobrevivem basicamente de doações e possuem um orçamento reduzido, levanta-se a questão de como será feito o pagamento dessas despesas. Os gastos com taxas bancárias, impostos sobre contratação de profissionais, além de serviços básicos como telefone, água e luz aumentam proporcionalmente com a capacidade operacional da instituição. Se antes a instituição atendia trinta crianças e com o Ponto de Cultura passa a atender 80, conseqüentemente os gastos com a manutenção também aumentam e estes valores não são pagos com o recurso do Ministério. Desta forma, verifica-se que no campo financeiro, o projeto onera os gastos da instituição criando muitas vezes um endividamento.

No campo da Cultura Digital, as instituições selecionadas recebem o kit multimídia, instrumento indispensável a formação da Rede de Pontos de Cultura. O kit, composto por câmeras digitais, filmadoras, computador e mesa de som contribui para a construção da memória das atividades desenvolvidas e no funcionamento da rede. Nos convênios firmados com o Estado é o Ponto que decide quais equipamentos devem ser adquiridos com o recurso destinado para este fim. Dentro do projeto, a rede é uma importante ferramenta no processo de circulação e troca de informações, além de espaço para discussão e debates.

O Ponto de Cultura é um importante instrumento no processo de descentralização dos recursos e democratização do acesso aos bens culturais produzidos. A ação aparece como alternativa a ausência ou insuficiência de equipamentos culturais na maior parte das cidades brasileiras. Analisando os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, pode-se verificar uma concentração de equipamentos culturais nas grandes áreas urbanas e uma relação destes equipamentos com o caráter socioeconômico de onde estão localizadas. A pesquisa indicou que dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 53 apresentam todos os equipamentos. Na pesquisa do IPEA, os equipamentos são divididos em quatro grupos: o primeiro voltado a belas-artes (museus, bibliotecas, teatros, etc); o segundo relacionado ao lazer e a sociabilidade (quadras esportivas, clubes, estádios, etc); o terceiro grupo voltado a distribuição comercial dos bens de massa (livrarias, locadoras, lojas de discos, etc); e por fim o grupo da cadeia audiovisual de consumo externo ou doméstico (emissoras de TV e rádio, cinema, provedores de internet, etc).

Classificados em *alta, média e baixa* densidade, 83% dos municípios brasileiros possuem *baixa* densidade, ou seja, menos de seis equipamentos e apenas 1% possui *alta* concentração de equipamentos culturais com no mínimo doze equipamentos. Entretanto, não é a quantidade ou a simples presença de equipamentos que garante a democratização da cultura, mas ações conjuntas que promovam a qualidade de vida da população, o acesso por meio de incentivos e a participação nas esferas de decisões públicas que afastem os padrões do clientelismo e da tutela.

Analisar a histórica divisão de recursos para o campo da cultura e a exclusão social é essencial para compreender a necessidade de um programa que favorecesse o acesso. A democratização do acesso ocorre através da ampliação das oportunidades de criação, distribuição e fruição dos bens culturais, pois com a descentralização do programa, os Pontos de Cultura conseguem atingir de grandes centros urbanos a comunidades rurais nos mais distantes pontos do país. São comunidades que nunca haviam recebido investimentos em cultura e passam a “ser vistos” pelo poder público federal. O processo de redescobrir o Brasil e a sua cultura está sempre presente na fala de Célio Turino quando ele diz:

Precisamos descobrir o Brasil! Precisamos desesconder o Brasil, mostrá-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil; no lugar de conceitos rígidos, noções líquidas, no lugar da reta, a curva. Precisamos nos fundir com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas. Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem no contato com a realidade viva. (TURINO, 2009)

De fato, o Ponto de Cultura ganhou capilaridade e se expandiu conseguindo chegar a locais que nunca foram atendidos pelas políticas culturais do governo federal. Lugares que embora pertencessem ao território nacional, nunca receberam uma ação do Ministério. Essa amplitude do programa só foi possível em sua parceria com a sociedade civil e atores sociais que já existiam, como apresentado por Santos (2000, p. 71), “a utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível”. Essa utopia, no sentido da busca pela transformação da realidade não seria possível se não estivesse corroborada na participação das comunidades, principalmente aquelas que não tinham acesso aos meios.

O Ponto de Cultura é uma política pública que possui como premissa fortalecer iniciativas que tenham interface com a educação, o desenvolvimento humano e a cidadania. Essas características fazem parte do comprometimento com a conscientização e respeito do valor e da necessidade de promover a diversidade cultural. Diversidade tratada por uma política cultural que não trabalha apenas com a proteção por entender que desta forma a cultura se fecharia num invólucro. Segundo Barros (2009), uma política de gestão da diversidade cultural deve superar as políticas de ações afirmativas e de inclusão, substituindo-as por uma lógica da meritocracia e das vantagens competitivas. Trata-se portanto, de uma política para a diversidade onde os indivíduos não possuem semelhança em relação a um atributo (como a raça ou gênero) e suas diferenças são colocadas como “potenciais conflitos em oportunidades produtivas”. Assim, no campo da gestão, a diversidade passa a ser vista como oportunidade, onde os diversos colaboradores buscam o melhor desempenho. Para o autor, “Sob a égide de oportunidades iguais, muitas vezes reforçamos a diferença e tratamos o diferente de forma igual, o que é tão injusto quanto tratar o igual de forma diferente” (BARROS, 2003). Estes questionamentos trazem a importância de compreender que embora formem uma única rede, os Pontos de Cultura não podem esquecer a sua diversidade e devem transformar sua diferença em “potencial produtivo”, como apresenta Barros. O risco atual é que o programa se torne um mero financiador das atividades locais a instituições de “baixa-renda” ao mesmo tempo em que promove a idéia de fortalecimento e sustentabilidade. Isso ocorre porque a maior parte dos projetos não possui recursos próprios e depende de doações e recursos governamentais para a manutenção de suas atividades e muitas instituições não têm como foco um produto que possa ser comercializado e que gere renda.

A ação Ponto de Cultura se apresenta como parte de um processo de transformação que busca um país não apenas integrado pela circulação de mercadorias, mas pela intensa troca de signos, valores, produções simbólicas que amplia o diálogo entre o local e o global. A TEIA, Encontro Nacional dos Pontos de Cultura que já caminha para a sua quarta edição, pode ser considerado o encontro da diversidade cultural brasileira por ser uma grande reunião de idéias tão diversas. O encontro presencial, possui como base o diálogo, a troca de conhecimento, signos em uma multiplicidade de cores e expressões e corresponde ao esforço do Ministério em construir uma política pública de cultura de maneira sistematizada, organizada e democrática. Durante os encontros existe o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura que

é reconhecido como a instância política dos Pontos, reunindo representantes dos Pontos eleitos nos fóruns estaduais. Após o Fórum, são abertos grupos divididos por áreas temáticas e ações que funcionam como um momento de troca de experiências e informações em um processo de colaboração. No discurso de abertura da TEIA realizada em Belo Horizonte em 2006, Gilberto Gil trás uma metáfora interessante do que é o encontro:

Tudo partiu do ponto e o ponto que faz a linha é o ponto que se entrelaça e desfaz o nó da impotência para formar a teia. É a teia que sustenta a força coletiva da rede. Na teia a tua cultura é tua. Na teia a tua cultura atua. Parimos a rede que se espalha no terreiro e no asfalto; que navega rios, mares e ares. Sobe morros, desmontam guetos, desce sertões, vales redescobre outros brasis e principalmente tira a carga de tragédia da exclusão. (GILBERTO GIL, 2006)

O Ponto de Cultura é a ponta dessa rede, o centro de referência das conexões. Ele é a representação da idéia do Cultura Viva como “rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais inovadoras”. O crescimento do número de Pontos desde a sua criação em 2004 com 65 convênios até o final de 2008, é de mais de 1300%. Em 2008 os Pontos já somavam cerca de 850 instituições conveniadas, sem incluir os projetos contemplados através dos convênios firmados com os Estados no processo de descentralização da gestão

A grande capilaridade e amplitude do programa criaram desdobramentos como a criação dos Pontões e Pontinhos de Cultura. Os Pontões são organizações que articulam, capacitam e difundem as ações e atividades culturais desenvolvidas pelos Pontos de Cultura e comunidades relacionadas enquanto os Pontinhos são espaços públicos de produção e difusão cultural que desenvolvem atividades lúdicas, culturais e de lazer e possuem como público-alvo crianças e adolescentes. Além disso, o Ministério busca fortalecer os Pontos através de uma rede de editais relacionados que vão de intercâmbio entre pontos a prêmios por ações inovadoras e representativas. Os prêmios estão relacionados desde a presença de articuladores e motivadores ligados ao Ponto de Cultura até o mérito pelas melhores práticas de projetos, reconhecendo e fortalecendo as ações desses pontos em suas comunidades.

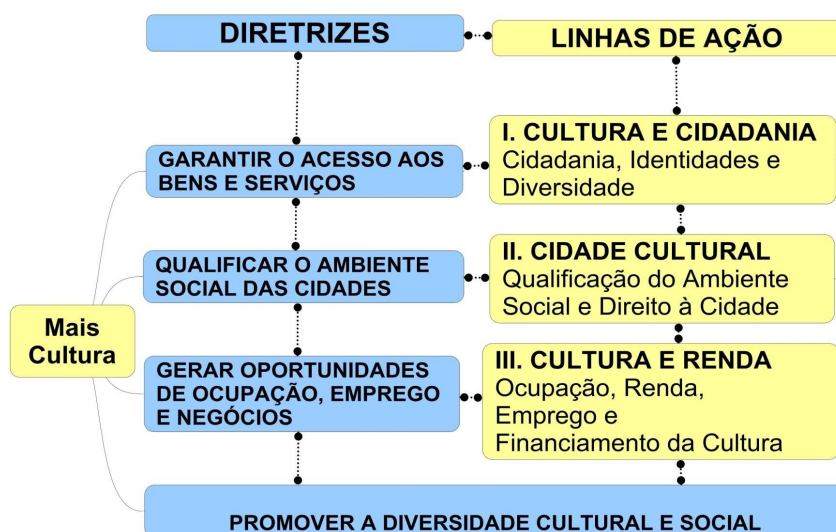
3.2 O Mais Cultura

Atuando como elemento de descentralização das políticas culturais, o Ministério da Cultura lançou em 2007 o Programa Mais Cultura, que faz parte de um conjunto de programas desenvolvidos de forma integrada com diversos ministérios, o Mais Brasil para mais Brasileiros. Um dos aspectos mais importantes do programa é justamente o diálogo estabelecido com outras organizações da rede pública e privada. A transversalidade do programa trás uma série de vantagens como: o envolvimento de atores de diversas áreas, sensibilização para com a dinâmica própria da cultura, divulgação maior das atividades do Ministério da Cultura, enfim, uma série de benefícios que permitem que a cultura ultrapasse os limites do Ministério e Governo e dialogue com outras esferas das administrações públicas, privadas e da sociedade civil. A concepção desse programa teve como premissa o papel que a cultura exerce na construção de desenvolvimento sustentável e duradouro. Assim, o Governo Federal reconhece a cultura como uma necessidade básica, assim como a educação, moradia, saúde, dentre outras.

O Mais Cultura divide-se em 3 linhas de ação: Cultura e Cidadania, Cidade Cultural e o Cultura e Renda. Dentro da primeira linha de ação, que aborda a cidadania, a identidade e as diversidades, está incluído o Ponto de Cultura. Esta linha de ação contempla ações voltadas a cidadania, identidades e diversidade. O programa busca desenvolver ações que favoreçam o acesso aos bens culturais, sua diversidade, criação, qualificação do ambiente social das cidades e a cultura como geração de emprego e renda.

O organograma abaixo demonstra a relação entre as diretrizes e as linhas de ação do programa:

Figura 2



Fonte: Ministério da Cultura

A partir desse programa, o Governo Federal coloca a cultura como vetor importante no desenvolvimento e a inclui na agenda social, que é uma iniciativa do governo federal que tem como premissa a articulação das políticas públicas desenvolvidas na área social. A agenda social tem como objetivos: consolidar uma política garantidora de direitos; implantar uma gestão integrada das políticas, promovendo oportunidades; garantir a pactuação federativa, com envolvimento da união, estados e municípios. Para Gilberto Gil (2007), a agenda traz o “reconhecimento do papel da cultura como elemento de fortalecimento da cidadania e da autoestima, como elemento capaz de criar autonomia e assegurar o protagonismo das diversas comunidades”, ou seja, aborda os mesmos conceitos-chaves do Cultura Viva e consequentemente do Ponto de Cultura.

Desde que foi inaugurado, em outubro de 2007, o Programa Nacional de Aceleração do Crescimento do setor cultural aplicou nos Pontos de Cultura, entre editais, prêmios e concursos o montante de R\$ 111,2 milhões que representam aproximadamente 49% da verba aplicada pelo programa em 2008 que foi de R\$ 223 milhões. Desta forma, pode-se verificar que em 2008, o Mais Cultura elegeu os Pontos de Cultura como principal foco de investimento¹⁸. A maior parte deste investimento foi repassado aos Estados através de um convênio realizado com o objetivo de

¹⁸ Dados cedidos pela secretária de Articulação Institucional do MinC, Silvana Meireles, coordenadora executiva do programa Mais Cultura em entrevista ao Jornal do Commercio de PE e disponibilizada no site do Ministério

descentralizar a gestão do projeto. O Mais Cultura propõe um conceito integrado e ampliado do Ponto de Cultura através das ações especificadas no organograma abaixo:

Figura 3



Fonte: Ministério da Cultura

Dentro do Mais Cultura, o Ponto ganhou projetos segmentários, mas que possuem atividades específicas. Diferentemente do Ponto de Cultura integrante do programa Cultura Viva, que não possui um modelo, nas ações segmentadas a temática é pré-determinada pelo MinC. Dentre os projetos desenvolvidos dentro do Mais Cultura, estão: os Pontos de Leitura (bibliotecas comunitárias e centros de referência para leitura), Pontos de Difusão (cineclubes), Pontos de Memória (Casas do Patrimônio e Museus Comunitários), Pontinhos de Leitura (Brinquedotecas, Gibitecas e Parques Infantis) e também os chamados Pontões de Cultura. Até o momento, 17 Estados efetuaram convênio com o governo federal e já lançaram seus editais. Isso levará a um salto de 850 Pontos de Cultura atuais para cerca de 2000 até o ano de 2010, segundo a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPC). Além disso, o Ministério ainda espera firmar convênios municipais que por sua vez lançarão mais editais e ampliarão substancialmente o número de instituições vinculadas ao programa.

Segundo dados do próprio Ministério, até o momento foram mais de 3 mil iniciativas fomentadas no país, com recursos do programa, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 180 milhões, divididos entre 2000 Pontos de Cultura, 514 Pontos de Leitura, 205 Pontinhos de Cultura e 185 Cines Mais Cultura. A previsão é

que o programa movimentou cerca de 4,7 bilhões até 2010 através de diversas ações articuladas.

O aumento expressivo do número de Pontos de Cultura se dá em função da mudança para uma gestão compartilhada. O Governo Federal assinou convênio com os Estados que financiam 1/3 do projeto, além de serem responsáveis por elaborar e divulgar o Edital de Seleção e por fim, conveniar e acompanhar as instituições selecionadas. Como desafios, os Estados terão que integrar os novos Pontos de Cultura a rede que já pertencia ao Ministério e criar um modelo de gestão que esteja mais próximo da realidade local.

4. ANÁLISE TEMÁTICA DOS PONTOS DE CULTURA DA BAHIA

Neste último capítulo será feita a análise temática dos Pontos de Cultura selecionados pelo edital estadual, de modo a exemplificar como a potencialização das atividades locais valoriza o pluralismo de idéias e a diversidade cultural. A mudança da gestão no governo do Estado com a adoção de políticas culturais que priorizam a democratização, descentralização e valorização da cidadania, além da assinatura de convênios com programas federais resultam em ações que protegem e promovem a diversidade cultural.

4.1 A baianidade que oculta a diversidade

A expressão baianidade, como forma de discurso identitário, é uma construção que busca representar o modo de vida do baiano. Como toda identidade, ela é construída, fabricada, marcada por tensões, conflitos, e para sua construção contribuíram artistas, políticos, produtores culturais e agentes midiáticos que organizaram em forma de mito as marcas simbólicas da Bahia. Para Albergaria¹⁹ (2001) ela é formada por uma mistura de mais de 400 anos de sincretismo e de cultura afro-luso-tupi. É a idéia da baianidade pautada na cultura afro e permeada pelo sincretismo religioso criando um ambiente místico. Na primeira metade do século XX, Jorge Amado e Dorival Caymmi são os grandes expoentes da baianidade. Nas obras do escritor, ela é representada na sensualidade das mulatas que sobem as ladeiras, nas cidades históricas e no sincretismo religioso. As músicas de Caymmi falam sobre o mar, dos pescadores, santos do candomblé, ou seja, signos que representam a Bahia, além da famosa música, o que é que a baiana tem? que internacionalizou Carmem Miranda na figura de baiana.

Com o início da ditadura militar e o investimento na cultura midiática (rádio e televisão), os meios são utilizados para a tentativa de construir uma identidade nacional e há o fortalecimento da cultura de massa. Na década de 70, Mãe Menininha aparece como ícone de baianidade em uma propaganda de Duda Mendonça. A partir da década de 90, pode-se verificar um novo uso político dos meios de comunicação para afirmação de uma identidade, mas desta vez no âmbito estadual. Antônio Carlos Magalhães se

¹⁹ Professor doutor do Departamento de Antropologia da FFCH – UFBA.

empenhou em construir uma identidade que representasse a unidade, e o fez através de um investimento massivo em marketing político e turístico. Essa identidade que oprimiu as diferenças em prol da política e do turismo e que forja uma unidade foi por um longo período vendida para outros Estados e para o exterior em formato turístico através da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado. O uso dos meios de comunicação de massa locais, em especial da Rede Bahia, retransmissora da Rede Globo e de propriedade da família de ACM, foi fundamental na construção da baianidade voltada ao turismo. Segundo Nova e Fernandes (2007), a revolução urbano-industrial experimentada na metade do século XX, reconfigura o conceito de baianidade, reafirmando a hospitalidade e potencializando as raízes histórico-culturais, étnicas e o patrimônio histórico e natural como atrativos turísticos e fator de desenvolvimento econômico. Assim, pode-se observar que a baianidade esteve fortemente relacionada a cultura do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador em uma clara tentativa de construir um consenso. O professor Moura (2009) resume o processo de construção desse conceito na citação abaixo:

Chamo baianidade a um quadro de referências de um modo de ser baiano, cujas origens remontam ao século XIX. Foi se desenvolvendo no plano da mídia - sobretudo da música - e da literatura, e alcançou o máximo de cultivo entre os anos 80 e 90. Encontra-se hoje em refluxo. Baseia-se na caracterização do modo de ser baiano sobre três pilares: a religiosidade, a sensualidade e a familiaridade. Convencionalmente, a baianidade se refere a Salvador e o Recôncavo.

Se buscarmos uma análise mais recente, temos a baianidade construída pela indústria fonográfica, onde a Bahia torna-se a terra do Axé e Daniela Mercury e Ivete Sangalo são as “rainhas da música baiana. Nesta construção o baiano é o povo alegre que gosta de festas e promove o maior carnaval do mundo. Baiano é aquele que corre seis dias atrás do trio elétrico e pula todas as micaretas, além de frequentar as festas populares. Nessa construção a música é o elemento aglutinador das características.

A partir dos dados apresentados, pode-se verificar que a Bahia simbólica ocupa uma posição central no imaginário nacional, particularmente Salvador e o Recôncavo, através da sua miscigenação étnica e cultural vendida por intermédio do turismo e mais recentemente pela da música. As produções artísticas e mediáticas criaram personagens e os transformaram em símbolos e mitos. Neste imaginário construído e vendido como

identidade baiana não há como pensar na Bahia e não lembrar da baiana de acarajé com o turbante na cabeça, da roda de capoeira ou do carnaval. Na música lembramos de Caymmi e das tardes em Itapuã e nas histórias de Jorge Amado lembramos das plantações de fumo do Recôncavo e do Pelourinho, mas ao contrário do que foi replicado nos últimos anos pelos grandes meios de comunicação, a identidade não é única. São camadas sobrepostas de identidades que não devem ser colocadas em perspectiva subalterna ou isoladas, mas reconhecidas e respeitadas.

Transformar um conceito que foi historicamente construído não é um processo rápido e fácil. Foram muitos anos de uma política cultural que não favorecia a diversidade, pelo contrário, beneficiava um pequeno grupo de interlocutores. Esse posicionamento deixou a cultura da Bahia em retrocesso quando comparada aos panoramas contemporâneos. Enquanto o mundo discutia a diversidade, a Bahia insistia em divulgar uma monocultura que ocultava toda a produção simbólica do Estado.

Com a eleição do novo governo em 2006 e a criação da Secretaria de Cultura do Estado, há uma mudança nas políticas culturais que passam a ter como linhas de ação a descentralização, democratização, o diálogo, desenvolvimento e a diversidade. A Secretaria passa a reconhecer que não há apenas uma identidade, mas um mosaico de identidades em uma relação de desigualdade. Assim, uma política pública para a diversidade, deve dar suporte para que essas identidades possam emergir simultaneamente, o que não é um processo fácil, pois as políticas públicas sempre trabalharam com a afirmação de determinadas identidades.

A ação Ponto de Cultura se apresenta como uma política cultural que valoriza e dá visibilidade as identidades locais. Com a implantação dos Pontos de Cultura na Bahia as identidades e manifestações culturais que já eram desenvolvidas passam a ser reconhecidas pelo poder público e recebem recursos financeiros com o intuito de potencializar as suas atividades e conseqüentemente assumem um protagonismo em suas comunidades. Já com a utilização dos equipamentos digitais como câmeras e computadores, o projeto busca dar uma nova dinâmica a distribuição dessa produção simbólica valorizando ainda mais o pluralismo das atividades desenvolvidas.

Apresento a seguir uma análise temática dos projetos e da natureza das instituições inscritas no edital Pontos de Cultura da Bahia, com o objetivo de revelar ou “desesconder”, nas palavras de Célio Turino, as ações que são realizadas no Estado e demonstrar que a cultura do Estado não pode ser reduzida a um único conceito como a baianidade.

4.2 O edital pontos de cultura da Bahia

A Bahia foi o primeiro Estado brasileiro a assinar o convênio com o Mais Cultura no processo de descentralização da gestão dos Pontos de Cultura. Através desse programa, o MinC investiu R\$ 18 milhões e a Secretaria de Cultura do Estado cedeu R\$ 9 milhões em contrapartida. Antes da assinatura deste convênio, o Estado da Bahia já possuía 70 Pontos de Cultura vinculados diretamente ao Ministério da Cultura que não serão utilizados nesta análise devido a utilização de parâmetros e temas diferentes dos utilizados pela SECULT.

O edital Pontos de Cultura da Bahia foi lançado durante o II Encontro de Dirigentes Municipais que aconteceu no município de Vitória da Conquista em 2008. É o primeiro edital para Pontos de Cultura baseado na filosofia do programa Mais Cultura, priorizando áreas de atuação por questões de: vulnerabilidade social, territórios de cidadania, comunidades artesanais, municípios localizados em regiões do semi-árido, territórios indígenas ou quilombolas, da bacia do São Francisco e sítios urbanos. Dos 417 municípios baianos, 89,5% se enquadram nas áreas priorizadas e receberam pontuação diferenciada no processo de seleção²⁰. O edital formulado pela Secult tornou-se referência para a elaboração dos editais lançados em outros Estados por sugestão do Ministério da Cultura, por conseguir reunir a filosofia do programa nos critérios de seleção.

Uma das principais características deste edital é o de utilizar o conceito de Territórios de Identidade como forma de uma distribuição “mais justa” dos projetos. A metodologia utilizada para o conceito dos territórios é o agrupamento de municípios a partir de características sociais, econômicas, culturais e geo-ambientais com metodologia desenvolvida no sentimento de pertencimento e as comunidades foram ouvidas através de suas representações.

O número de projetos que cada Território de Identidade teve direito foi estabelecido com base em seu número de habitantes e da quantidade de municípios agrupados. Além disso, foi estabelecido um número de cotas para projetos considerados de relevância pelos membros da Comissão de Mérito que posteriormente foi substituído pela inclusão de cotas para comunidades indígenas e quilombolas. Para que as vagas fossem destinadas as comunidades indígenas e quilombolas, foi necessário comprovar a

²⁰ Segundo o item 5 do edital, referente a Seleção e Julgamento.

Procuradoria Jurídica Geral da União a importância de reservar as vagas a essas minorias. A designação desse tipo de vagas é importante no processo de proteção e promoção da diversidade, pois amplia as possibilidades de acesso dessas comunidades que em sua maioria não conseguem competir em condições de igualdade com outros projetos.

Diante da utilização de cotas por território e para as comunidades indígenas e quilombolas, os Pontos de Cultura são distribuídos segundo a tabela abaixo:

Tabela 01

Territórios de Identidade	Quantidade de Pontos de Cultura
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	7
Bacia do Jacuípe	4
Bacia do Paramirim	2
Bacia do Rio Corrente	3
Baixo Sul	4
Chapada Diamantina	6
Extremo Sul	7
Irecê	5
Itaparica	2
Itapetinga	3
Litoral Sul	9
Médio Rio das Contas	5
Metropolitana de Salvador	19
Oeste Baiano	4
Piemonte da Diamantina	3
Piemonte do Paraguaçu	4
Piemonte Norte do Itapicuru	3
Portal do Sertão	7
Recôncavo	6
Semi-árido Nordeste II	5
Sertão do São Francisco	4
Sertão Produtivo	5
Sisal	6
Vale do Jequiriçá	5
Velho Chico	5
Vitória da Conquista	7
Indígenas e Quilombolas	10
Total	150

Fonte: Edital Pontos de Cultura da Bahia /EDITAL DE SELEÇÃO, Nº 1, de 26 de março de 2008/ alterado pela portaria 104 de 2009

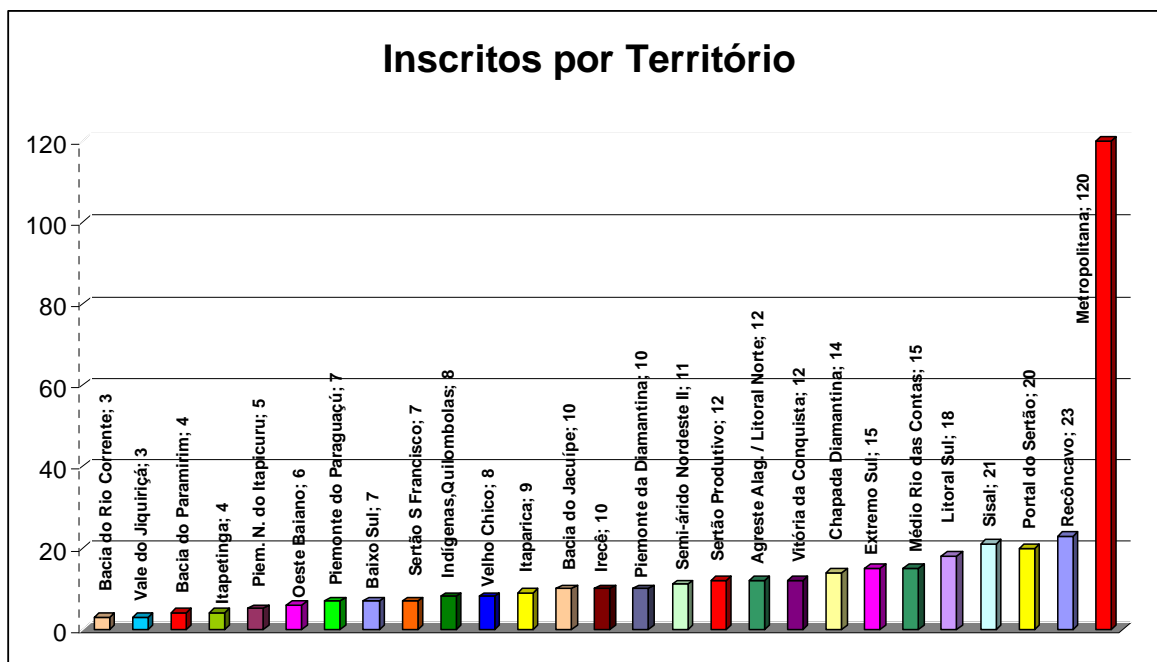
Apesar de usar o número de habitantes e de municípios para distribuição dos projetos por território, o mesmo critério não foi utilizado para delimitar a quantidade de

projetos para a Região Metropolitana de Salvador- RMS²¹, pois o território possui a maior densidade populacional do Estado e se o critério fosse seguido fielmente, haveria uma concentração de projetos na capital. Se não houvesse a distribuição dos Pontos com base nos territórios de identidade e fosse utilizado apenas o critério de pontuação da análise técnica, 47 projetos, ou seja, 31% estariam na Região Metropolitana de Salvador.

Além da alta densidade demográfica, a região metropolitana possui um número maior de instituições na área cultural e um grau de escolaridade maior que os municípios do interior. Dizer que o grau de escolaridade interfere na seleção, não significa que uma cultura seja inferior a outra, mas que a educação formal auxilia na construção de um projeto bem elaborado com metas, etapas, orçamento detalhado, melhor condição de expressar a sua capacidade criativa e o que será executado com o recurso.

Tudo isso reflete na quantidade de projetos elaborados pela Região Metropolitana de Salvador em relação aos outros territórios. A região concentrou 30,5 % dos projetos inscritos, conforme a tabela abaixo:

GRÁFICO 1



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

²¹ A Região Metropolitana de Salvador – RMS é formada pelos seguintes municípios: Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

De acordo com os dados apresentados, a divisão dos Pontos de Cultura pelos Territórios de Identidade é fundamental no processo de democratização do acesso pelos municípios do interior do Estado. Como as políticas culturais do Estado estavam voltadas a utilização das leis de incentivo, as instituições do interior não conseguiam competir em situação de igualdade com as da capital, pois a política de patrocínio se baseia em uma relação de marketing e retorno de imagem que é obtida mais facilmente nos grandes mercados consumidores.

Para demonstrar a validade da utilização das cotas por território, pode-se utilizar para termos comparativos a distribuição espacial dos Pontos de Cultura vinculados ao Ministério localizados na Bahia, que apresentam uma concentração de 58,6% na RMS²². É importante ressaltar que a política de descentralização e democratização adotada pela Secult, não se apresentam apenas no Edital Pontos de Cultura, mas em toda a política cultural do Estado. A FUNCEB, órgão vinculado a Secult também utiliza o conceito de Territórios de Identidade nas ações e editais produzidos com o objetivo de democratizar o acesso.

Analisando mais profundamente a distribuição dos projetos apresentados ao edital por município em cada território temos a seguinte distribuição:

TABELA 2

TERRITÓRIO	Número de Municípios no Território	Inscritos por Território	Média de inscritos por Município
Região Metropolitana de Salvador	10	121	12,1
Piemonte Norte do Itapicuru	9	5	0,56
Itaparica	6	9	1,5
Bacia do Rio Corrente	11	3	0,27
Médio Rio das Contas	16	15	0,94
Recôncavo	20	24	1,2
Vitória da Conquista	24	13	0,54
Portal do Sertão	17	21	1,23
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	22	12	0,55
Semi-árido Nordeste II	18	11	0,61
Piemonte da Diamantina	9	10	1,11
Bacia do Jacuípe	14	10	0,71
Piemonte do Paraguaçu	14	7	0,5

²² Dados da Rede Pontos de Cultura/MinC

Sertão Produtivo	19	12	0,63
Bacia do Paramirim	9	4	0,44
Oeste Baiano	14	6	0,43
Sertão do São Francisco	10	7	0,7
Vale do Jiquiriçá	21	3	0,14
Itapetinga	13	4	0,31
Extremo Sul	21	18	0,86
Baixo Sul	14	7	0,5
Litoral Sul	27	18	0,67
Sisal	20	21	1,05
Chapada Diamantina	23	14	0,61
Velho Chico	16	8	0,5
Irecê	20	10	0,5
TOTAL	417	393	-----

Fonte: Dados da Secult

De acordo com os dados apresentados na planilha acima, pode-se verificar uma concentração de projetos em alguns territórios como a Região Metropolitana de Salvador, Recôncavo, Portal do Sertão, Piemonte da Diamantina e Sisal. Estas regiões estão localizadas na faixa litorânea ou próximo a esta zona que concentra a maior densidade populacional do Estado da Bahia. Em contraposição, encontramos áreas que apresentaram um pequeno número de projetos proporcionalmente ao número de municípios como Itapetinga e o Vale do Jequiriçá. O número reduzido de projetos apresentados por essas regiões se reflete no número de projetos aprovados na análise de mérito. Como pode ser verificado no gráfico anterior alguns territórios não conseguiram preencher as cotas a que tinham direito. O Território do Vale do Jequiriçá preencheu apenas três das cinco cotas, enquanto Itapetinga utilizou apenas duas das três vagas disponíveis para o território. Além desses territórios, Agreste de Alagoinhas, Baixo Sul, Vitória da Conquista, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte do Paraguaçu, Oeste Baiano, Irecê e os Grupos Indígenas e Quilombolas não preencheram as cotas que tinham sido predefinidas. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos após as análises documental e técnica:

TABELA 3

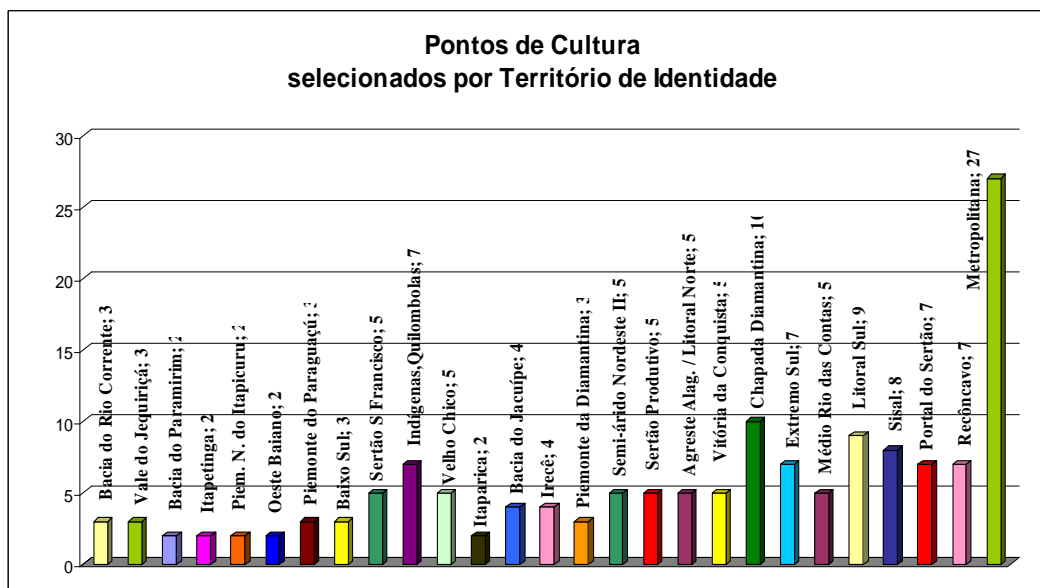
Número de projetos	Situação dos projetos após análises documental e técnica
83	Desclassificados após a análise documental
58	Obtiveram nota inferior a 50 na avaliação técnica e foram desclassificados
252	Projetos aprovados na análise técnica

Fonte: Dados Secult

Os projetos que obtiveram média superior a 50, foram classificados e os que tiveram as maiores notas foram distribuídos conforme a relação de cotas por territórios de identidade. Na análise de mérito, as vagas que não foram preenchidas nos territórios foram redistribuídas entre os projetos que foram classificados, mas não selecionados por ultrapassarem a cota do território. Diante das maiores notas, foram selecionados projetos na Região Metropolitana de Salvador, da Chapada Diamantina, Recôncavo, Sisal e Sertão do São Francisco para receberem as cotas sobressalentes.

Findada as três etapas de seleção: a análise documental; a análise técnica e a análise de mérito, a relação dos Pontos de Cultura selecionados foi divulgada em novembro de 2008. Através do resultado final, podemos verificar que nem todos os territórios de identidade conseguiram preencher o número de cotas as quais tinham direito. As vagas não foram totalmente preenchidas devido a nem todos os projetos do território conseguirem atingir a nota mínima necessária a classificação para a terceira fase: a análise de mérito. As vagas remanescentes foram distribuídas entre os projetos que tiveram maior nota na análise técnica, mas não foram contemplados por ultrapassar o número de cotas em seu território. No gráfico abaixo, a distribuição final dos projetos no território estadual.

Gráfico 2



Fonte: Dados Secult

De acordo com os dados apresentados acima, pode-se verificar que a divisão do número de projetos por Territórios de Identidade favorece a democratização. Democratizar é dar possibilidade de acesso e criação compreendendo que a cultura é um direito do cidadão. Todo indivíduo deve ter acesso a fruir, criar, inventar e participar das decisões que envolvam as políticas culturais. Por sua vez, as políticas culturais que possuem como foco a descentralização, incorporam novos atores, superam as desigualdades e ampliam as possibilidades de escolhas, interesses e visões de sua população.

O Estado deve ter papel ativo na formulação das políticas culturais, mas não deve interferir nas opções estéticas, assim, políticas culturais como o Ponto de Cultura associadas a ações de descentralização como a estratégia utilizada pela Secult, possibilita a visibilidade de diversos grupos e ações como será verificado a seguir.

4.3 Análise temática dos Pontos de Cultura da Bahia

Não existe um modelo de Ponto de Cultura, seja de instalações físicas, de programas ou ações. Cada instituição pensa e estrutura o seu projeto a partir da sua experiência. O que é desenvolvido nasce da vivência e da prática do dia a dia e por isso existem projetos tão distintos. É objetivo do Cultura Viva, programa onde o Ponto de

Cultura está inserido, criar oportunidade para a população excluída mostrar sua vocação artística em todas as suas expressões, florescendo capacidades criativas e de fruição.

Dentro do Edital Pontos de Cultura da Bahia, são apresentadas nove linhas de ações definidas pela Secretaria de Cultura e que norteiam a análise temática. Os projetos inscritos deveriam escolher uma das opções no formulário de inscrição, baseada na principal atividade a ser desenvolvida. Em geral, os projetos ultrapassam as ações principais desenvolvendo suas atividades secundárias em diversas áreas temáticas. A análise temática é importante, pois ela é o indicador das estratégias a serem adotadas pelas instituições em suas atividades durante o projeto.

Utilizando como referência os temas informados nos formulários dos 394 inscritos, com um desistente, temos 393 projetos com a seguinte configuração:

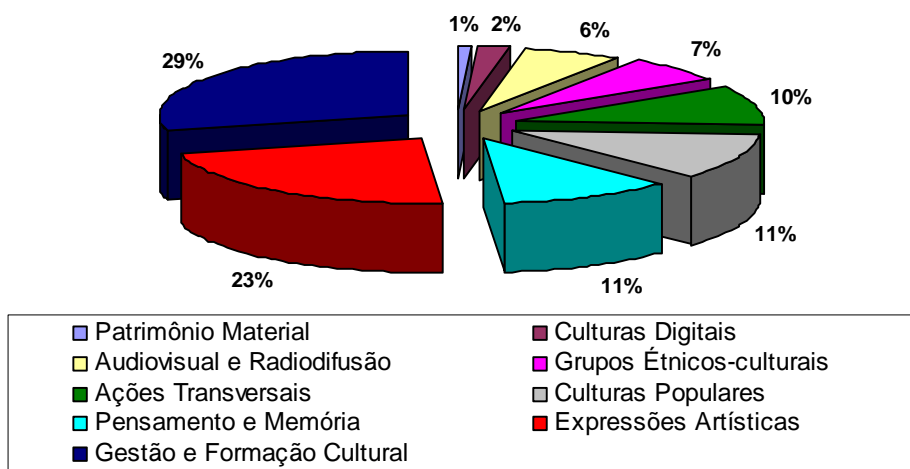
Tabela 4

PROJETOS INSCRITOS POR ÁREA	
ÁREA	QUANT.
Patrimônio Material	3
Culturas Digitais	9
Audiovisual e Radiodifusão	25
Grupos Étnicos-culturais	26
Ações Transversais	39
Culturas Populares	44
Pensamento e Memória	45
Expressões Artísticas	89
Gestão e Formação Cultural	113
Total	393

Fonte: Secult/Ba

Gráfico 3

Área temática dos projetos inscritos



Fonte: Secult/Ba

A maior parte dos projetos inscritos afirmou exercer atividades na área de gestão e formação cultural com 29%, seguido por expressões artísticas com 23%. Por gestão e formação, compreende-se a realização de cursos, oficinas profissionalizantes, palestras e seminários de formação. As expressões artísticas englobam atividades de teatro, dança, música, circo, artes visuais e literatura. Outros segmentos que possuem destaque com 11% cada um, são: pensamento e memória voltada ao livro, leitura, bibliotecas e acervos; e a cultura popular com ações relacionadas ao artesanato, tradição oral, ervas e curas tradicionais e contadores de histórias.

Menos expressivos numericamente, mas também importantes para a pluralidade de idéias e ações aparecem os grupos étnico-culturais (7%), relacionados a culturas indígenas, afro-descendentes e ciganas; patrimônio material (1%) com museus e educação patrimonial; o audiovisual e radiodifusão (6%) através do vídeo, cinema, televisão e rádio comunitária; as culturas digitais (2%) vinculada a internet, jogos eletrônicos e desenvolvimento de novas tecnologias; e as ações transversais (10%) com cultura e meio ambiente, cultura e educação, cultura e saúde, cultura e turismo, entre outras.

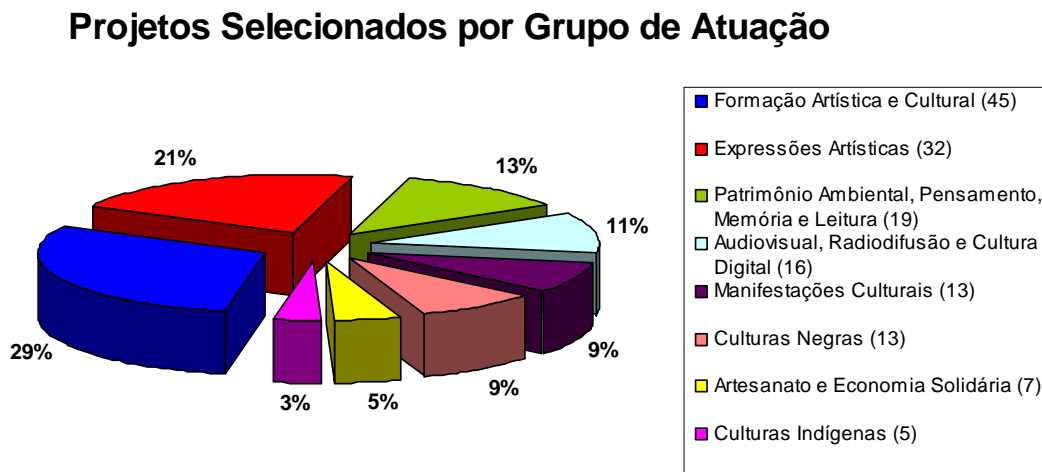
Já temas como patrimônio material, possuem menos de 1% dos projetos inscritos. Isso ocorre devido ao campo estar muito vinculado a ser uma ação em geral muito onerosa e por ser considerada de responsabilidade do Estado. É comum achar

esse pensamento quando verificamos que durante muito tempo a concepção de cultura esteve restrita ao campo das artes e da memória.

De acordo com o gráfico, verifica-se o domínio numérico de projetos que estão voltados a dimensão antropológica da cultura, confirmando que esse novo campo assumido oficialmente pelas políticas públicas de cultura não ocorre por acaso.

Após a análise de mérito, última etapa do edital com a seleção dos 150 projetos, as áreas de formação cultural e gestão e expressões artísticas se confirmam como as áreas com o maior número de projetos, somando 50%. Embora haja uma predominância dessas áreas, outras expressões começam a apresentar visibilidade. Áreas como economia solidária (voltada ao artesanato) e as culturas digitais (que não era considerada cultura) começam a despontar como novos campos de atuação. De acordo com os dados pode-se verificar como a transversalidade da cultura consegue reunir áreas diversas como saúde, educação, meio ambiente, economia, dentre outras, em torno de um mesmo projeto, conforme apresentado abaixo:

Gráfico 4

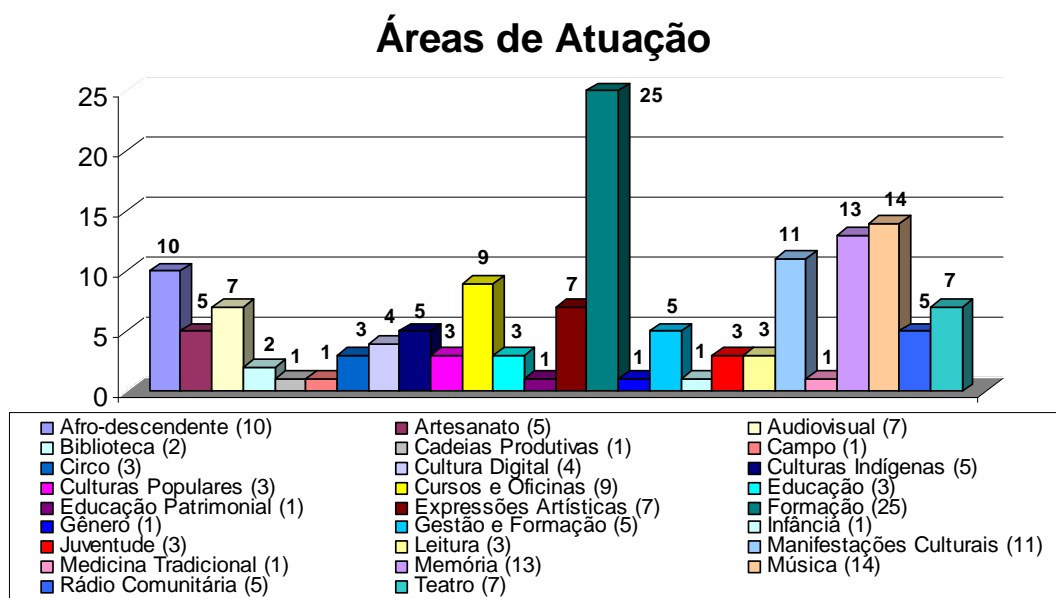


Fonte: Dados da Secult

Destrinchando os campos apresentados acima, podemos encontrar 26 áreas de atuação dos Pontos de Cultura. As áreas, definidas não-oficialmente pela Secretaria de Cultura busca dar um panorama mais detalhado das áreas envolvidas. Esse número poderia ser ainda maior, visto que este é baseado na atividade principal do projeto não levando em consideração as atividades secundárias. Justamente por não possuir um

modelo, os Pontos de Cultura não estão “presos” a uma determinada linguagem e acabam transcorrendo por diversas áreas e linguagens. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos projetos pelas 26 áreas de atuação:

Gráfico 5



Fonte: Dados Secult

Como se pode observar através da tabela acima, as atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura são muito diversas. Em geral, os temas abordados pelos projetos têm estrita relação com a história da instituição, com o que a entidade se propõe, ou com a bagagem cultural da pessoa que elaborou o projeto. Assim como as ações do Ponto de Cultura circulam por diversas áreas temáticas, as instituições da sociedade civil pertencem a segmentos completamente diversos.

A variedade de instituições que participam do edital é muito grande para ser definida em gráficos, mas pode-se ter uma idéia da sua diversidade apenas através dos nomes das entidades que participaram do processo seletivo²³. Assim, podemos encontrar de grupos de música, dança, teatro, capoeira, dentre outros, que já possuem a cultura como principal atividade até terreiros de candomblé, centros espíritas, associações de moradores e de trabalhadores rurais, grupos de portadores de

²³ A relação das instituições selecionadas pelo edital encontra-se nos anexos.

necessidades especiais, dentre outros, que sempre procuram desenvolver atividades culturais em suas comunidades.

Na área musical, destacam-se os corais, as fanfarras e filarmônicas, algumas centenárias, que se dedicam ao ensino de música. Para os terreiros os trabalhos estão relacionados a promover a consciência étnica através do pertencimento, utilizando para este fim: oficinas artísticas, cursos e seminários. Já para as associações rurais, o foco é fortalecer a cultura local, seus mestres populares e trabalhar a formação profissional utilizando a cultura como fonte de emprego e renda.

Essa variedade de organizações ocorre porque o edital especifica que podem participar do processo de seleção, Pessoas Jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como: sindicatos, associações, fundações privadas, ONGs, OSCIPs, dentre outras, desde que possuam em seu estatuto natureza cultural e que tenham atuação comprovada na área cultural a no mínimo dois anos no Estado da Bahia.

Como exigência do edital, todas as instituições selecionadas possuem como semelhança a natureza cultural em seu estatuto, mas não necessariamente tem sua atividade principal nesta área, a exemplo dos sindicatos rurais. Na ausência do Estado como provedor de necessidades básicas as entidades de interesse público, não governamentais, acabam suprimindo essas demandas.

Diante dos dados apresentados com base na afirmação dos temas pelas instituições, pode-se levantar duas questões: a primeira é que a compreensão sobre as limitações do que comporta cada tema não se dá de maneira homogênea, idêntica por todos os inscritos; o segundo é que a reunião de algumas ações dentro de temas, podem ocorrer de maneira arbitrária, como no caso das ações transversais que reúnem ações voltadas para a infância, meio ambiente e medicina tradicional.

A partir do momento em que o projeto não possui um modelo, não há um dirigismo estético pelo Estado e é aberto um leque de possibilidades como foi verificado no gráfico apresentado na página acima. Se não há uma predileção do Estado por determinadas áreas, há uma liberdade de escolhas e a valorização daquilo que já é desenvolvido no local, além da aceitação da diferença, pois concorrem de maneira igual.

Se analisarmos a concepção de cultura trazida pela Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, como o “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001, p. 2), podemos

verificar que ela incorpora as dimensões sociológica e antropológica da cultura. Analisando as ações contempladas pelos projetos aprovados pelo edital Pontos de Cultura, percebe-se uma ampla valorização da cultura na sua dimensão antropológica, como valorização dos modos de viver, criar, fruir, alargando o que está a sua volta ao mesmo tempo em que há uma abertura para o novo.

Com a descentralização da ação cultural, as atividades passam a acontecer mais próximas de onde as pessoas vivem. A implementação desse tipo de política pública fortalece a cidadania e a inclusão social, além de trazer a dimensão de que todos os indivíduos são produtores de cultura e não apenas os artistas. Essa chamada “democracia cultural” apresentada por Botelho (2001), não se trata de induzir 100% da população a fazer determinada atividade, mas colocar os meios à disposição, para que exista a oportunidade de escolher. Também não significa levar a cultura a um determinado grupo, “mas de fazer com que todos os grupos possam viver a sua própria cultura”²⁴ (BOTELHO, 2001, p.47), respeitando as diferenças.

É importante ressaltar que as instituições que passam a participar da ação Ponto de Cultura já atuavam na promoção cultural local antes de serem contemplados pelo edital. O programa fortalece e dá visibilidade para as instituições que passam a fazer parte de uma das maiores ações do Ministério da Cultura. A partir do momento em que as mais diversas produções simbólicas ganham visibilidade, não há como manter uma sobreposição de fazeres e possibilidades em um único termo como a baianidade.

A baianidade compreendida como a construção de uma identidade ocorreu em função de um conjunto de interesses que não contemplou a diversidade cultural do Estado. Tomando como exemplo a baianidade criada pela indústria fonográfica, pode-se verificar que ela não incorpora os diversos grupos musicais do interior. Filarmônicas, fanfarras, o samba de roda, dentre outros, não fazem parte do mercado da Axé Music que é vendida não apenas para fora do Estado como internamente. Em geral, esses grupo não apresentam o mesmo valor comercial de estrelas da Axé Music e concorrem em posição de desigualdade em uma situação de livre mercado, criando uma invisibilidade social.

Em um período em que as sociedades contemporâneas são marcadas pela reconfiguração de identidades e perda do referencial de território, em grande parte devido ao processo de globalização que aproximou as culturas, o Ponto de Cultura se

²⁴ Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_arttext&tlng=en

apresenta como contra-cultura a esse processo de massificação. Segundo Edward Said (1999), a contra-cultura ocorre quando há uma luta por novas narrativas de igualdade e solidariedade humana e as instituições que fazem parte do Ponto de Cultura recebem os recursos estatais com o objetivo de fortalecer as instituições para que possam fortalecer e desenvolver suas atividades.

A análise temática e das instituições possibilita verificar a quantidade de ações e grupos que resistem ao longo dos anos diante de muitas dificuldades. Instituições que muitas vezes não possuem infra-estrutura, mas não deixam de atender a população local, mantendo vivas as tradições locais e criando novos fazeres culturais. Se por um lado as sociedades contemporâneas são marcadas pela globalização e os meios de produção de massa que trouxeram a idéia da homogeneização cultural, por outro, há um movimento de resistência de setores da sociedade civil que atuam na promoção do local.

5. Considerações Finais

As discussões e pesquisas sobre diversidade cultural ganham cada vez mais espaço nas pesquisas sobre políticas públicas no Brasil e no mundo. A adoção de políticas que tenham como foco a diversidade passou a assumir uma posição de destaque após a convenção da UNESCO. Após a análise temática dos Pontos de Cultura selecionados pelo edital estadual da Bahia e o estudo sobre políticas culturais, chegam a algumas conclusões apresentadas a seguir.

A análise sobre as políticas públicas de cultura no Brasil permitiu verificar o retrocesso do governo brasileiro em relação a cultura e como o posicionamento do Governo Lula/Gil tenta romper com as chamadas três tristes tradições: o autoritarismo, a ausência e a instabilidade. O novo governo é marcado por uma política que valoriza a descentralização e democratização do acesso fazendo com que os recursos federais cheguem a novos públicos, além disso, passa a entender a cultura em sua dimensão antropológica, como resultado das nossas práticas, ampliando o conceito que antes era associado basicamente as belas artes e a memória. Paralelamente, a Secretaria de Cultura da Bahia adota uma política muito próxima aos conceitos definidos pelo Ministério como prioridade e também trás contribuições importantes para a área cultural

Muitos ainda são os desafios a serem vencidos pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Cultura da Bahia para atender a demanda proposta, mas já existem ações que trouxeram resultados importantes como as Câmaras Setoriais, a mobilização social e política da Conferência Nacional de Cultura, o programa Cultura Viva, dentre outros.

Além de ser a ação prioritária do programa Cultura Viva, o Ponto de Cultura tornou-se uma das principais ações do Ministério. Não é por acaso que o Programa Mais Cultura investiu aproximadamente 49% da verba destinada ao programa com os Pontos de Cultura. A ação realizada em parceria com a sociedade civil, conseguiu levar as políticas culturais a locais onde o Ministério não chegava e assim passou a reconhecer novos públicos para a cultura.

Resultado da associação ao programa Mais Cultura, a descentralização da gestão da ação Ponto de Cultura tornou-se uma necessidade face a reduzida capacidade técnico operacional do Ministério que assumiu inúmeros projetos sem possuir um quadro de funcionários suficiente. A Secretaria de Cultura da Bahia foi o primeiro Estado a efetuar o convênio com o Mais Cultura, justamente por ter suas ações alinhadas com a política do Ministério, além de trazer recursos que otimizasse as suas políticas culturais.

A análise do edital Pontos de Cultura da Bahia em suas especificidades e análise temática dos projetos permite verificar que a ação é uma importante ferramenta no processo de descentralização e democratização do acesso através de uma das parcerias possíveis entre o Estado e a sociedade civil. Atuando diretamente onde a instituição está localizada, o projeto favorece o desenvolvimento da região, portanto, não se trata de impor ou levar uma determinada cultura, mas de potencializar as atividades que já são desenvolvidas.

Ações como o Ponto de Cultura tem se destacado como um modelo alternativo de desenvolvimento humano e social em um momento em que a cultura está sendo alçada ao debate da diversidade. Ele supera a idéia restrita de proteção de uma cultura, em sua memória, tradição, para pensar em sua promoção que significa olhar a cultura como direito. Entendê-la nesse sentido é reconhecer um ambiente híbrido, onde as culturas estarão sempre em constante processo de troca por vezes desiguais.

A partir da análise temática pode-se verificar as inúmeras áreas de atuação que os projetos desenvolvem que por sua vez, representam a diversidade cultural do Estado. O projeto trás visibilidade as expressões locais em contraposição ao processo de homogeneização cultural, como ocorrido com a construção da baianidade, além de fortalecer as instituições para que suas atividades sejam mantidas e reconhecidas a nível local e global.

Referências Bibliográficas

ALBERGARIA, Roberto. Bahia, **Bahia, que lugar é esse?**

Texto apresentado no SBPC Cultural, realizado na Universidade Federal da Bahia em Salvador entre os dias 13 e 18 de julho de 2001

Disponível em <http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/semana1/alberga.html>

Acessado em 29/10/2009

Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura promovido pelo Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade Federal da Bahia em Salvador nos dias 03 a 05 de maio de 2006.

ALVES, Luiz Roberto. *Culturas do trabalho. Comunicação para a cidadania*. Santo André, Alpharrabio, 1999.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1998.

_____. **O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura**. In: *Política e Trabalho*. João Pessoa, (15): 63-78, 1999.

_____. **Estado nacional, cultura nacional. Dois momentos paradigmáticos**. In: BARREIRA, Irllys, VIEIRA, Sulamita (orgs). *Cultura e política. Tecidos do cotidiano brasileiro*. Fortaleza, UFC, 1999, p. 77-98.

_____. **Políticas de cultura, políticas de identidade**. *Revista Pré-Textos para Discussão*. Salvador, VI (11): 55-68, 2001.

BARROS, Betânia Tanire. **O desafio da gestão da diversidade**. In: *Revista Melhor Gestão de Pessoas*, n. 195, nov. 2003.

BARROS, José. Márcio. P. M. (Org.) ; DUPIN, G. (Org.) ; MACEDO, Cesária (Org.) . **Diversidade Cultural da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008. v. 1. 160 p.

BARROS, José. Márcio. P. M. (Org.) ; ALENCAR, R. (Org.) ; MELO, T. (Org.) . **As mediações da cultura: arte, processo e cidadania**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. v. 01.

BASTOS, Mônica Rugai. *O espelho da nação: a cultura como objeto de política no governo Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004 (Tese de doutoramento)

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.

_____. *A política cultural e o plano das idéias*. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa.

BRANT, Leonardo (org.) *Políticas culturais*. São Paulo, Manole, 2003.

BRANT, Leonardo (org.). *Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São paulo: escrituras Editora/Instituto Pensart, 2005.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.) *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.9-21.

CANCLINI, Néstor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (Org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 65.

CHAUÍ, Marilena; CANDIDO, Antonio; ABRAMO, Lelia e MOSTAÇO, Edélcio. *Política cultural*. Porto Alegre, Mercado Aberto / Fundação Wilson Pinheiro, 1984.

_____, **Cultura e democracia** . En: *Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Ano 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008- , disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>
Acessado em 30/10/2009

Cultura Digital: <http://culturadigital.br/o-programa/conceito-de-cultura-digital/>
Acessado em 01/11/2009

Cultura Viva: http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?p=1044
Acessado em 01/11/2009

Cultura Viva, **A cidadania cultural em destaque**. Disponível em:
http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?p=1044
Acessado em: 30/11/2009

COELHO, Teixeira. *Usos da cultura. Políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Entrevista Milton Moura: **Estereótipos de baianidade**. Disponível em:
http://www.passeiweb.com/saiba_mais/atualidades/1256829632 Acessado em 21/10/2009

FERREIRA, Juca. *“Oportunidades de voz, de comunicação e de vida”*. In: Revista Rio de Janeiro, n. 15. JAN/ABR 2005. Rio de Janeiro, RJ.

FREIRE, Paulo. *Conceito de empoderamento*. Disponível em:
http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf Acesso em 21/10/2009

Fundação Casa de Ruy Barbosa – **Seminário Diversidade Cultural Brasileira**:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=124&VID_Materia=262 Acessado em 05/11/2009

GIL, Gilberto. PORTA, Paula. **Economia da Cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/03/economia-da-cultura-2/> Acesso em 15 de jun 2008

GIL, Gilberto. **Hegemonia e diversidade cultural**. Le Monde diplomatique, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.diplo.uol.com.br/imprima1481>>. Acessado em 30/05/2009

GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
CANCLINI, Néstor (org.). Políticas culturais en America Latina. Mexico, Grijalbo, 1987.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IANNI, Octavio. *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicos. **Relatório final Mapas da Rede 2004**. Disponível em: http://culturaviva.utopia.com.br/questionarios/p004/IPSO_relatorio_final_p004.pdf Acessado em 10/07/2009

IPEA. Políticas sociais – **acompanhamento e análise** | 14 | fev. 2007. 120-136. In: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/cultura.pdf

MAIA, Antonio Cavalcanti, **Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional**. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=124&VID_Materia=262 .Acessado em 30/07/2009

MAMBERTI, Sergio. Discurso durante a II Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodadiversidade.org.br/?pag=texto&cat=pensar&id=10> Acessado em 22/10/2009

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cultura é um bom negócio*. Brasília, MINC, 1995.

NOVA, Luiz & FERNANDES, Taiane. *Baianidade (Verbete)*. In: Mais definições em trânsito. Salvador: FACOM/UFBA, 2007. CD-Rom.

O que é a agenda social – Pronunciamento de Gilberto Gil. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/09/12/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-na-comissao-de-educacao-e-cultura-da-camara-dos-deputados/> Acessado em 28/10/2009

MOURA, Milton. Entrevista concedida sobre os estereótipos da baianidade. Publicado em 29/10/2009. Disponível em:

http://www.passeiweb.com/saiba_mais/atualidades/1256829632

Acessado em 10/11/2009

PARTIDO DOS TRABALHADORES. ***A imaginação a serviço do Brasil***. São Paulo, PT, 2003.

Premio Cultura Viva. **Manual de Avaliação**. Disponível em:

<http://www.premioculturaviva.org.br/ava/premioculturaviva-manual-avaliacao.pdf>

Acessado em 10/11/2009

Programa Cultura Viva. Disponível em:

http://www.cdp.ufpr.br/ucap/anexos/organizacao_de_eventos/parte02/programa_cultura_viva/cultura_viva_mais_cultura.pdf Acessado em 10/05/2009

PNDU Brasil– Programa **das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/rdh/> Acesso em 22/10/2009

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ***Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado***. Lisboa: Mensagem, 2004.

Rede dos Pontos de Cultura da Bahia: <http://pontoapontobahia.wordpress.com> Acesso em 03/11/2009

Revista Itaú Cultural: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>. Acessado em 29/10/2009

RUBIM, Antonio Albino Canelas. ***Políticas Culturais entre o Possível e o Impossível***. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura promovido pelo Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade Federal da Bahia em Salvador nos dias 03 a 05 de maio de 2006.

_____. ***Bibliografias sobre Políticas Culturais no Brasil***. Salvador, 2006. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/publicacoes.html> Acesso em 04/05/2009

_____. ***Políticas Culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e Enfrentamentos***. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. 2.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **PPA participativo 2008-2011**.SEPLAN. 2008

SILVA, Frederico A. Barbosa. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v.3).

SILVA, Taiane Fernandes da. **Políticas Culturais: A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995 – 2006**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). 242f. Salvador: FACOM/UFBA, 2008.

Textos de Gilberto Gil sobre cultura. Disponível em:

http://www.gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=195&page=1 Acesso em 15/10/2009

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO. 2002.

VARELLA, Guilherme. *Mais Cultura Viva?* Texto disponível em:

<http://www.culturaemercado.com.br/relatos/mais-cultura-viva/> Acesso em 21/10/2009

YODA, Carlos Gustavo. **“III Enecult - Na era Gilberto Gil, as políticas culturais alcançam visão antropológica da Cultura”**. Agência Carta Maior. 28.05.2007.

Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14221>, Acessado em 16/11/2009.

7. ANEXOS

RELAÇÃO DE PROJETOS CONTEMPLADOS POR TERRITÓRIO COM ÁREA TEMÁTICA

TERRITÓRIO / PONTOS	CIDADE	INSTITUIÇÃO	PROJETO	ÁREA TEMÁTICA
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte (7)	Alagoinhas	Associação Beneficente cultural Ilê Asé Oyání do Ilê Axé Oyá Ni	Yacamim-Pai de Muitas Estrelas	Formação
	Alagoinhas	Associação Cultural Euterpe Alagoinhense	Tocando em Frente	Música
	Jandaíra	Associação de Moradores, Marisqueiros, e Pescadores de Abadia	Pescando Cultura e Arte	Formação
	Mata de S. João	Liceu Thales de Azevedo de Educação, Ofícios e Artes- LICEU DO AÇÚ	Forma Açu - descobrindo a nossa cultura	Cursos / Oficinas
	Pedrao	Associação Beneficente Rural de Pedrao	Resgatando a Cultura	Formação
Bacia do Jacuípe (4)	Baixa Grande	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baixa Grande	Renovando a Cultura, Cultura se Faz!	Cadeias Produtivas
	Ipirá	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipirá - Bahia	Gota D'Água Cultural	Gestão e Formação Cultural
	Nova Fátima	Associação Amigos de Nova Fátima	Gangalha de Arte	Culturas Populares
	Pintadas	Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas	Núcleo de Identidade Visual Bacia do Jacuípe	Audiovisual
Bacia do Paramirim (2)	Boquira	Associação Senzala Capoeira de Boquira	Culturas Populares	Expressões Artísticas
	Macaúbas	FAMAC- Fundação Assistencial de Macaúbas-	Projeto Cultural - Cultura Regional - Aumentando Renda	Artesanato
Bacia do Rio Corrente (3)	Côcos	Fundação João de Azevedo	Oficina dos Sonhos: Tradição e Cultura do Semi-árido	Formação
	Santa Maria da Vitória	Biblioteca Eugênio Lyra	Cultura Viva na Bacia do Rio Corrente	Audiovisual
	Santa Maria da Vitória	Grupo de Artes Cênicas Pachamama	Crescer	Teatro
Baixo Sul (4)	Itubera	Instituto de Tecnologia Sócio-Ambiental do Baixo-Sul da Bahia	Comunicarte	Memória
	Valença	Associação Cultural de Capoeira Raízes dos Palmares	Roda da Cidadania	Afro-descendentes
	Wenceslau Guimarães	AFAM- Assoc. Filarmônica Amigos da Música	AFAM Music-Info	Música
Chapada Diamantina (6)	Andaraí	Viver Cultura e Meio Ambiente	Ponto de Cultura Abaçá de Oxalá	Manifestações Culturais
	Lençóis	Grupo Ambientalista da Lençóis	Alecrim - Espaço Cultural dos saberes Tradicionais das Plantas de Lençóis	Medicina Tradicional
	Morro do Chapéu	Grupo de Educação Integral-MINHOCA	Ponto de Cultura Oca da Minhoca	Gestão e Formação Cultural

	Morro do Chapéu	Associação das Bordadeiras e Artesãos Morrenses	Teia Cultural	Formação
	Morro do Chapéu	Sociedade Filarmônica Minerva	Centenário das Artes	Expressões Artísticas
	Palmeiras	Associação Grupo Ambiental Palmeiras-	Arte e Capoeira do Grupo Ambiental de Palmeiras	Juventude
	Palmeiras	Associação Safar Miramas de Artes no Circo	Palco Aberto - Ponto de Cultura Circo do Capão	Circo
	Piatã	ISA- Instituto Sociocultural e Agroecológico da Chapada Diamantina	Bruacas Culturais - Livros e Teatro Itinerantes para a População Rural.	Leitura
	Rio de Contas	OASIS- Organização Atuante na Saúde e Integração Social	Sonhos e Bonecos* (será trocado por outro nomes aguardando informação do proponente)	Artesanato
	Seabra (Iraquara)	ABV Associação Beneficente do Velame	Projeto Velame Vivo - Educação Patrimonial Cavernas e Pinturas Rupestres da Chapada Diamantina	Educação Patrimonial
Extremo Sul	Caravelas	Movimento Cultural Arte Manha	Pererê: programa de Resgate e Fortalecimento da Cultura Afr-Indígena	Cursos / Oficinas
	Eunápolis	Viola de Bolso Arte e Memória Cultural	Memória, Afirmação e Futuro: Artes como Espaço dos Saberes e da Cidadania	Formação
	Eunápolis	Associação de Capoeira Kilombolas	Movimento e Expressão	Juventude
	Itabela	Grupo Ambiental Natureza Bela de Itabela	Ciranda Cultural	Cursos / Oficinas
	Itapebi	Associação dos Filhos e Amigos de Itapebi	Cordão de Caboclos os Guarany's	Memória
	Nova Viçosa	Associação de Hotéis, Pousadas, Campings, Condomínios, Bares e similares de Nova Viçosa.	Troca de Saberes	Memória
	Porto Seguro	Associação Cultural e Ecológica Estela Chaves	Consolidando o Corredor Cultural de Pacatá	Cursos / Oficinas
Irecê	Central	Instituto Central de Cidadania-ICEC	Ponto de Cultura Boqueirão das Artes	Culturas Digitais
	Central	Comitê Municipal das Associações de Central	Ponto de Cultura Manoel Viola	Formação
	Lapão	Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Rodagem	Vivendo Cultura	Manifestações Culturais
	Central (Povoado de Maxixe)	Associação Cultural dos Artistas e Artesãos de Central-A.C.A.C.	Viva Arte	Expressões Artísticas
Itaparica (2)	Rodelas	Oficina Artesanal Mãos de Fada de Rodelas	Tecendo Cidadania	Artesanato
	Paulo Afonso	Associação Pauloafonsina de Dança e Teatro	Arte no Ponto	Memória
Itapetinga (3)	Itapetinga	Fundação Movimento de Corais Canto das Artes	Espalhando Arte	Música
	Nova Canaã	Centro de Educação e Cultura Nova Canaã	Cabeceira do Pilão	Expressões Artísticas
Litoral Sul (9)	Buerarema	Fundação Reconto	Raízes de Macuco	Formação

	Canavieiras	Grupo Musical 2 de Janeiro/ Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro	Musicarte	Música
	Ilhéus	Associação Instituto Sul Baiano de Arte-educação (IBARTE)	Projeto Sócio Cultural Janelas da Arte	Expressões Artísticas
	Ilhéus	EROS- Grupo de Apoio e Luta pela Livre Orientação Sexual do Sul da Bahia	Teatro Itinerante: Dona Baratinha quer Casar	Teatro
	Ilhéus	Teatro Popular de Ilhéus	Núcleo de Produção Audiovisual da Casa dos Artistas de Ilhéus	Audiovisual
	Ilhéus	Sociedade Filarmônica Capitania dos Ilhéos-	CAIS - Centro de Artes Integrada	Cursos / Oficinas
	Itabuna	Associação do Culto Afro-Itabunense	Cultura em Ação	Formação
	Itabuna	Banda Sinfônica de Itabuna	Música para Todos	Música
	Itacaré	Libélula	Libélula	Gênero
Médio Rio das Contas (5)	Gongogi	Associação Cultural e Beneficente Antonio Pereira Barbosa- ACAPEB	Eu Quero Ler	Biblioteca
	Ipiaú	Associação Cultural Comunitária Rádio Livre	A Frequência da Inclusão Digital	Rádio Comunitária / Alternativa
	Itagi	Associação de Apoio a Educação, Cultura e Ação Comunitária	Culturas da Minha Terra	Manifestações Culturais
	Jequié	Associação Jequiense de Cegos	Um Novo Olhar Através da Arte	Formação
	Manoel Vitorino	Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis	Raiz do Umbuzeiro	Manifestações Culturais
Metropolitana	Camaçari	Associação Beneficente Casa de Oxalá	Terreiro de Jauá - Templo de Cultura	Formação
	Candeias	União dos Amadores Cênicos da Bahia	Um Ponto na Rede	Teatro
	Dias D'Avila	Associação Beneficente Educavida	Movê Fest Liberdade de Expressão	Circo
	Itaparica	Associação Religiosa Cultural e Ambiental Venceslau Monteiro-ARCA	CRIAR - Centro de Referências e Investigações Artísticas	Formação
	Lauro de Freitas	Associação Comunitária Ideal	Implantação de Radiodifusão	Rádio Comunitária / Alternativa
	Lauro de Freitas	Associação Cultural Tupã	Centro de Pesquisa, Produção, Registri e Difusão do Teatro de Bonecos.	Teatro
	Salvador	Associação Beneficente Educacional e Cultural de Capoeira Angola Viola de Ouro - ABENCAVO	Ginga Jaqueira	Afro-descendentes
	Salvador	Movimento de Cultura Popular do Subúrbio - MCPS	Usina de Capacitação Sócio - Cultural	Gestão e Formação Cultural
	Salvador (Afitos)	Associação Grupo Estado Gamboa	Gamboarte	Expressões Artísticas
	Salvador (Bairro da Paz)	Instituto de Desenvolvimento Sociocultural do Bairro da Paz	Nas Ondas do Ar no Bairro da Paz	Audiovisual
Salvador (Cabula II)	Escola de Educação Percussiva Integral - EEPI	Educando através da Percussão	Música	

	Salvador (Centro Histórico)	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador- AMACH	A Bahia de Castro Alves e de Rui Barbosa	Culturas Digitais
	Salvador (Eng. Velho de Brotas)	Associação Cultural, Recreativa e Carnavalesca Bloco Afro Ókambí	Tambores do Engenho - Ponto de Cultura Afro-Brasileira do E.V. de Brotas	Afro-descendentes
	Salvador (Eng. Velho de Brotas)	GRID- Grêmio de Integração de Deficientes	Plantando Arte	Formação
	Salvador (Mussurunga)	Grupo Cultural Akidára	História Viva e Memória	Memória
	Salvador (Nazaré)	Academia de Letras da Bahia	Espaço das Letras - Ponto de Cultura da Academia de Letras da Bahia	Leitura
	Salvador (Nordeste de Amaralina)	Cipó Comunicação Interativa	Ponto de cUltura KABUM! Novos Produtores	Audiovisual
Metropolitana	Salvador (Ondina)	Associação de Capoeira Arte e Luta ACAL	Educação Cultural Volta do Mundo	Formação
	Camaçari	Associação Cultural Abolição Capoeira	Cultura, Resgate de Cidadania	Manifestações Culturais
	Salvador (Pituaçu)	Associação Cultural Grupo Unido para Educação e Trabalhos de Orientação- GUETO	Camaradinhos	Formação
	Salvador (Rio Vermelho)	Núcleo de Resgate e Preservação da Cultura Afro-Brasileira Omi- Dudu Artes	Ponto de Cultura Odara Dudu: Um Espaço Voltado para Cultura, Tecnologia e Mobilização da Juventude Negra.	Afro-descendentes
	Salvador (Santo Antonio)	Associação Viva Salvador	Cinema Além do Carmo	Audiovisual
	Salvador	Organismo	Dialogações - Diálogos e Ações Culturais Ambientais	Formação
	Salvador (Vasco da Gama)	Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho - Terreiro da Casa Branca	Oju Ilê Fun Fun	Juventude
	Salvador (Vasco da Gama)	Associação Beneficente, Cultural e Educativa Ilê Axé Ewé	Projeto Interdisciplinar Swing Erê	Afro-descendentes
	Simões Filho	Sociedade Cultural Fanfarra Simõesfilhense Integração da Bahia	Sociedade Cultural Fanfarra Simões filhense	Música
	Vera Cruz	Terra do Meio Organização Sócio Ambientalista	Minha Identidade	Memória
Oeste Baiano (4)	Luis Eduardo Magalhães	Instituto de Inclusão Social e Desenvolvimento Cultural Recicla	Cultura Móvel	Teatro
	Santa Rita de Cássia	Associação das Artes de Santa Rita de Cássia	Canção de Bordar	Artesanato
Piemonte da Diamantina (3)	Capim Grosso	AEC-TEA- Associação Educativo-Cultural Tarcília Evangelista Andrade/	AEC-TEA Educação e Cultura	Culturas Digitais
	Jacobina	Filarmônica Juvenil " Rio do Ouro"	Filarmônica nas Escolas	Música
	Saúde	Associação Orquídea Negra	Multi-Artes	Cursos / Oficinas
Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba	Fundação Paraguaçu	Canção Cidadã	Memória

(4)	Itatim	Associação Beneficente e comunitária do Movimento Sócio Cultural e Educativo de Itatim- ABCCI	Projeto Cultural: Unindo as Margens , integrando o Piemonte	Memória
	Tapiramutá	Associação Cultural Atitude Jovem	Arte de Fazer	Gestão e Formação Cultural
Piemonte Norte do Itapicuru (3)	Andorinha	Companhia de Arte-Educação e Cultura Popular de Andorinha	And'ando com Arte	Expressões Artísticas
	Campo Formoso	Grupo Culturart	"Seguindo os Passos da Arte"	Teatro
PORTAL DO SERTÃO	Feira de Santana	CATRUPS- Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana-	Educação e Cultura Espaços de Cidadania	Educação
	Feira de Santana	ORCARE- Org. Cultural e Artística Reisado de São Vicente	Pontos de Cultura ORCARE	Manifestações Culturais
	Feira de Santana	Cooperativa de Teatro para a Infância e Juventude da Bahia	Cultura Mais Circo	Circo
	Feira de Santana	Associação Comunitária e Centro de Apoio de Adolescente do Parque Lagoa Subaé e Adjacências	Cultura, Comunidade e Cidadania	Cursos / Oficinas
	Irará	Sociedade Lítero- Musical 25 de Dezembro	Tocando e cantando nossa aldeia	Música
	Santa Bárbara	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara	Vivências Sócio Culturais: Resgatando raízes e valorizando os talentos da terra.	Formação
	São Gonçalo dos Campos	Pé de Arte Cultura e Educação (P.A.C.E)	Teatro de Bonecos e Griô	Educação
Recôncavo (6)	Cachoeira	Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Cachoeira Instituto do Desenvolvimento Sustentável- ADEC	Projeto Terra Boa, Arte e Educação	Manifestações Culturais
	Castro Alves	Associação Comunitária Eldorado para o Desenv. Cultural e Artístico de Castro Alves Rádio Comunitária Eldorado FM 87.9	Eldorado Cultural	Rádio Comunitária / Alternativa
	Santo Amaro	Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oju Onerê	Alafiá	Afro-descendentes
	Santo Amaro	Associação de Capoeira Arte e Recreação Berimbau de Ouro	Resgate Cultural e Social	Culturas Populares
	São Francisco do Conde	ONG REVER- Organização Não Governamental	FAMUSFC A Nova Geração	Música
	São Felipe	Associação Beneficente e Comunitária Cristo Redentor de São Felipe - ABCCR	Cultura Nossa	Manifestações Culturais
	São Félix	Núcleo Teatral Expressão	Expressão Cultural	Teatro
Semi-árido Nordeste II (5)	Euclides da Cunha	Associação Cultural Euclides da Cunha	Pontos de Cultura dos Sertões	Cursos / Oficinas
	Jeremoabo	Associação Casa de Cultura Cidade Mãe	Resgateando Raízes do Povo Afro-Rapafo	Afro-descendentes
	Heliópolis	Associação Comunitária da Faz. Bareira do Tubarão	Caminhos Culturais	Formação
	Nova Soure	Associação Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado	Canto dos Brincantes	Memória

	Santa Brígida	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Brígida	Projeto de Apoio as Culturas Populares do STR de Santa Brígida	Manifestações Culturais
Sertão do São Francisco (4)	Canudos	Associação Sócio-cultural Umbigada	Sons de Canudos	Música
	Curaçá	Sociedade de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Cidadania	Transformarte - Transformando Através da Arte	Formação
	Juazeiro	Clube de Mães Guerreiras da Luz	Um Salto para a Cidadania	Formação
	Remanso	Rádio Comunitária Zabelê FM	Ponto de Cultura Zabelê	Rádio Comunitária / Alternativa
	Remanso	Associação dos Produtores do Assentamento Nova Canaã	Projeto de Inclusão Digital com Foco na Valorização da Cultura Camponesa	Culturas Digitais
Sertão Produtivo (5)	Brumado	Projeto Escola Adote um Capoeirista	Ginga Zumbi, Capoeira tem Valor	Formação
	Caetité	Associação Centro Espírita Aristides Spínola	Projeto Crescer	Formação
	Caetité	Fundação Anísio Teixeira	Memorial de Saberes e Fazeres Populares	Memória
	Livramento de Nossa Senhora	Sociedade Musical Maestro Lindembergue Cardoso	Ampliação Sociedade Musical, Instrumentos e Fardamentos	Música
	Rio do Antônio	Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Rio do Antonio	NOARA - Núcleo de Oficinas Artísticas de Rio do Antonio	Cursos / Oficinas
Sisal (6)	Conceição do Coité	Centro de Promoção da Educação, da cultura e da Cidadania	Encontros, Encantos e Diversidades	Memória
	Conceição do Coité	Assoc. de Rádio Comunitária de Juazeirinho	Moringa Cultural	Rádio Comunitária / Alternativa
	Monte Santo	União das Associações de Monte Santo	Um pPonte e um Monte de Cultura Camponesa	Campo
	Monte Santo	Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão	A Memória de Antonio Conselheiro na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável e Solidário	Leitura
	Queimadas	AMOPA-Associação de moradores e produtores de Alecrim	Comunidade e Cultura	Biblioteca
	Santa Luz	LIDER - Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região do Sisal	Pontos de Cultura Mestres da Oralidade Movimentando o Sertão	Formação
	São Domingos	ASCOPEB – Associação Comunitária de Pedra Bonita	Manifestações Comunitárias da Cultura	Culturas Populares
	Serrinha	Sociedade Recreativa e Cultural Filarmônica 30 de junho	Filarmônica 30 de Julho - 112 anos - Uma Nova Geração de Músicos	Música
Vale do Jiquiriçá (5)	Maracás	Associação Comunitária Filarmônica de Maracás	Projeto Cultural Acordes do Jiquiriçá	Educação
	Mutuípe	Associação Capoeira Axé Bahia- Mutuípe/ACABM	Capoeira na Cidade Axé Bahia de Mutuípe	Manifestações Culturais
	Ubaíra	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubaíra	Colméia de Talentos do Vale do Jiquiriçá	Manifestações Culturais
Velho Chico (5)	Barra	Fundação de Capoeira Eu Negro	Cultura, Arte e Ginga	Memória
	Bom Jesus da Lapa	Fundação Cultural do Vale do Rio São Francisco - FUNPASF	Ponto de Cultura Território Velho Chico	Gestão e Formação Cultural

	Bom Jesus da Lapa	Centro Espírita Obreiros do Porvir- CEOP	Semear	Formação
	Ibotirama	Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica LTDA	Tarrafa Cultural	Artesanato
	Paratinga	Centro Cultural do Rio Branco	Paratinga Viva - Resgate da Cultura Popular	Memória
Vitória da Conquista (7)	Barra do Choça	Associação Estadual de Cooperação Agrícola- AECA-BA	Educação, Cultura e Formação no Campo: Na Luta pela Reforma Agrária	Formação
	Vitória da Conquista	Sociedade Litero-Musical de Vitória da Conquista	De Vento em Boca	Música
	Vitória da Conquista	Movimento Cultural Consciência Negra	A Musicalidade do Universo da Capoeira e do Ilê Axê	Afro-descendentes
	Vitória da Conquista	Cia. Mary Marie de Teatro	Teatração para a Infância	Infância
	Vitória da Conquista	ASSEV- Associação de Educação para a Vida	PEV Cineclube	Audiovisual
Indígenas e Quilombolas (10)	Santa Cruz Cabrália	Associação Pataxó de Eco Turismo (ASPECTUR)/	Pontos de Cultura Pataxó	Culturas Indígenas
	Porto Seguro	Associação da Comunidade Indígena Pataxó de Barra Velha- ACIBAVE	O Artesanato no Contexto Cultural Pataxó da aldeia Mãe - Barra Velha	Culturas Indígenas
	Porto Seguro	Instituto Tribos Jovens	Saberes, Fazeres e Memória do Povo Pataxó Aldeia Velha	Culturas Indígenas
	Banzaê	Associação Comunitária Kiririda Aldeia de Mirandela- ACKAM	Fortalecimento da Cultura e Tradição Indígena Kiriri	Culturas Indígenas
	Salvador	Associação Nacional de Ação Indigenista- ANAI	PINAÍNDIOS - Culturas em Rede	Culturas Indígenas
	Cachoeira	CECVI-Centro de educação e Cultura do Vale do Iguape	Expressão de Cidadania Quilombola	Afro-descendentes
	Piripá	Associação de Agricultores e Familiares do Território Remanescente de Quilombo da Fazenda Sítio. Laginha e Região	Mãos de Fada, Ensina-me a Fazer!	Afro-descendentes

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Nº	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguacú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner
4	SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca
6	BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolandia, Valença, Wenceslau Guimarães
7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas, Vereda
8	ITAPETINGA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz Da Vitória
9	VALE DO JIQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elisio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
11	OESTE BAIANO	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley
12	BACIA DA PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo
13	SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá
15	BACIA DO JACUIPE	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço
16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Ouriolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova
17	SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto
18	AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias
19	PORTAL DO SERTÃO	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá,

		Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova
20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
21	RECÔNCAVO	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeçu, Saubara, Varzedo
22	MÉDIO RIO DAS CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã
23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas d Brejo Velho
24	ITAPARICA (BA/PE)	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim
26	METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D´Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz